



PREFEITURA
DE NITERÓI

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE, A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE VISANDO À EXECUÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS APLICADOS (PDPA).

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade (SMU), com sede situada na Rua Visconde de Sepetiba, 987 12/13º andares, Centro, Niterói, doravante denominada **CONCEDENTE**, representada neste ato pela Secretário de Urbanismo e Mobilidade, José Renato da Gama Barandier Jr., portadora da cédula de identidade nº A421200, expedida por CAU/RJ, inscrita no CPF sob o nº 08147423780; a **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, autarquia federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.523.215/0001-06, situada na Rua Miguel de Frias nº 9, Icaraí, Niterói, RJ, doravante denominada **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**, representada neste ato pelo seu Excelentíssimo Reitor, Antonio Claudio Lucas da Nóbrega, cédula de identidade nº 047412036 expedida por IFP-RJ, inscrito(a) no CPF sob o nº 808.987.697-87; e a **FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, situada na Rua Miguel de Frias, nº 123 - Parte, Bairro: Icaraí, Niterói, RJ, CEP: 24.220-001 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.438.229/0001-09, daqui por diante também denominada **INTERVENIENTE**, representada neste ato por seu Diretor-Presidente, o senhor Alberto Di Sabbato, brasileiro, casado, Professor, portador da Carteira de identidade nº 2095132, expedida por IFP-RJ, e CPF/MF nº. 195.026.647-87, resolvem celebrar o presente



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

CONVÊNIO, de nº 01/2020, com a transferência de recursos financeiros, conforme processo administrativo nº 190000294/2020, que se regerá conforme as normas das Leis Orçamentárias em vigor, a Lei Complementar nº 101, de maio de 2000 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a execução dos projetos selecionados no Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), de acordo com os respectivos Planos de Trabalho devidamente aprovados pela **CONCEDENTE**, que passam a fazer parte integrante deste Termo de **CONVÊNIO**, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto deste **CONVÊNIO** está inserido no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), visando à sua plena execução, que tem por diretrizes:

I - Promover soluções relacionadas aos desafios prioritários do município nas diferentes Áreas de Resultado que integram o Plano Estratégico Niterói que Queremos 2033.

II - Propor a resolução de problemas públicos concretos da cidade de Niterói, de forma a contribuir de maneira efetiva e inovadora para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das diversas regiões do município.

III - Estimular a associação e a sinergia entre os pesquisadores e extensionistas da Universidade Federal Fluminense e os gestores públicos da Prefeitura Municipal de Niterói.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do **CONVÊNIO** será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de execução do objeto será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estão compreendidos na vigência do **CONVÊNIO** os prazos previstos para a execução do objeto de cada Projeto aprovado, em função das metas estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho.

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

PARÁGRAFO TERCEIRO: A execução das etapas deverá observar fielmente os prazos previstos no Cronograma de Execução Detalhado, o qual deverá guardar correspondência com o Cronograma de Desembolso.

PARÁGRAFO QUARTO: Desde que este **CONVÊNIO** esteja em vigor, os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados para assegurar o integral cumprimento do objeto, mediante pedido acompanhado de justificativa circunstanciada, aceitação do **CONCEDENTE** e atendidas as seguintes condições:

- a) ocorrer dentro do prazo da sua vigência;
- b) apresentação de pedido acompanhado de justificativa circunstanciada;
- c) demonstração de atendimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho de cada Projeto;
- d) requerimento apresentado, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do seu término.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso seja necessária a prorrogação do prazo estipulado inicialmente pelos Planos de Trabalho, tal prorrogação não gerará custo ao **CONCEDENTE**, inclusive no que se refere ao pagamento de bolsas.

PARÁGRAFO SEXTO: As alterações dos prazos de vigência e de execução deverão ser pactuadas mediante a celebração de termo aditivo, cabendo, neste caso, a adequação dos respectivos Planos de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DOS PARTICIPES

São encargos de todos os **PARTÍCIPES**:

- I - atuar de forma cooperativa objetivando a concretização do objeto do **CONVÊNIO**;
- II - garantir o acesso do outro **PARTÍCIPE**, por seus representantes previamente indicados, às informações necessárias e às dependências onde serão conduzidas as atividades relacionadas com este **CONVÊNIO**;
- III - transmitir ao outro **PARTÍCIPE**, com a máxima presteza, todas as informações necessárias ao bom andamento das atividades previstas nos Planos de Trabalho dos Projetos;
- IV - promover reuniões de avaliação sobre o andamento das atividades previstas neste **CONVÊNIO**;
- V - comparecer, nas datas e locais acordados, através de representantes devidamente



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

credenciados, para exames e esclarecimentos de qualquer questão relacionada com este **CONVÊNIO**;

VI - respeitar e fazer com que o seu pessoal, próprio ou contratado, respeite a legislação de Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Higiene e Medicina do Trabalho, bem como eventuais normas administrativas e de segurança da informação, nos locais onde serão desenvolvidas as atividades relacionadas a este **CONVÊNIO**;

VII - responder pela supervisão, direção técnica e administrativa de sua força de trabalho necessária à execução deste **CONVÊNIO**;

VIII - não divulgar qualquer dado ou informação sobre este **CONVÊNIO**, a não ser com prévia autorização do outro **PARTÍCIPE**, ressalvada a mera notícia de sua existência, atuando em conformidade com o disposto na **CLÁUSULA DE SIGILO e CONFIDENCIALIDADE** deste **CONVÊNIO**;

IX - responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento deste **CONVÊNIO**, não sendo esse encargo de forma algum diminuído ou dividido pela eventual participação de terceiros, contratados pelos **PARTÍCIPE**S.

CLÁUSULA QUARTA: DO CONCEDENTE

Constituem obrigações do **CONCEDENTE**:

I - realizar os repasses financeiros correspondentes à execução do objeto deste **CONVÊNIO** ao **INTERVENIENTE** em tempo hábil, i.e., previamente à realização de despesas, na forma prevista pelo Cronograma Geral de Desembolso do **CONVÊNIO** em conformidade com as leis orçamentárias;

II - avaliar o cumprimento dos objetivos e metas definidos no Plano de Trabalho de cada Projeto;

III - aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação de execução deste **CONVÊNIO**, mediante proposta do **BENEFICIÁRIO/CONVENIENTE** fundamentada em razões concretas que a justifique;

IV - monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar todos os serviços objeto deste **CONVÊNIO**, realizando vistorias, sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;

V - atestar e avaliar as entregas pactuadas no Plano de Trabalho, em sua qualidade e vinculação ao objeto do convênio;



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

VI - fornecer ao **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e ao **INTERVENIENTE** as normas e instruções para Prestação de Contas dos recursos do **CONVÊNIO**;

VII - analisar a Execução Físico-Financeiro e a Prestação de Contas do **CONVÊNIO**;

VIII - decidir sobre a aprovação da Prestação de Contas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do seu recebimento;

IX - prorrogar a vigência do **CONVÊNIO**, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, formalizando-se as necessárias adaptações aos Planos de Trabalho dos Projetos, mediante termo aditivo;

X - fornecer dados e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto deste **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os recursos que serão repassados pela **CONCEDENTE**, estabelecidos no Cronograma Geral de Desembolso do **CONVÊNIO**, incluem o custo de Despesa Operacional e Administrativa, tendo em vista que os projetos aplicados serão geridos administrativa e financeiramente pela **INTERVENIENTE**, cujo percentual incide sobre o valor das despesas diretamente relacionadas ao objeto do Plano de Trabalho de cada Projeto.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO/CONVENENTE

Constituem obrigações do **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**:

I - executar o objeto definido na Cláusula Primeira, de acordo com o Plano de Trabalho de cada Projeto, apresentados e aprovados, assim como aplicar os recursos financeiros, cujo montante está previsto nos Planos de Trabalho, visando, exclusivamente, ao seu cumprimento e o atingimento dos objetivos e metas definidos nos Planos de Trabalho de cada Projeto, com a estrita observância da legislação vigente;

II - cumprir a contrapartida do pleno desenvolvimento dos projetos aplicados selecionados, em conformidade com seus respectivos Planos de Trabalho.

III - utilizar recursos próprios para concluir o objeto do **CONVÊNIO** quando os recursos repassados forem insuficientes para o cumprimento integral do objeto, com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente ao repasse a cargo da **CONCEDENTE**, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;

IV - manter atualizadas todas as informações referentes à execução do **CONVÊNIO**;

V - assegurar e destacar a participação do **CONCEDENTE**, em toda e qualquer ação

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

promocional relacionada com a execução do objeto descrito na cláusula primeira;

VI - restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da correspondente notificação, o(s) valor(es) transferido(s), atualizado(s) monetariamente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do recebimento, nos seguintes casos:

a) inexecução do objeto do **CONVÊNIO**;

b) não apresentação, no prazo exigido e de acordo com as normas vigentes, a Prestação de Contas; e

c) quando forem utilizados recursos sem a observância da finalidade estabelecida no **CONVÊNIO**.

VII - conferir livre acesso de servidores dos órgãos ou entidades **CONCEDENTES** e do controle interno, bem como do Tribunal de Contas do Estado, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

VIII - permitir o amplo acesso dos servidores da **CONCEDENTE**, indicados como Fiscais do Convênio, a todos os dados e informações relativas à execução das atividades previstas no Plano de Trabalho de cada Projeto, bem como permitir visitas nas instalações que são objeto deste **CONVÊNIO**, para o fim de acompanhar o desenvolvimento de tais atividades;

IX - arcar com todas as obrigações civis, tributárias, comerciais, previdenciárias e assistenciais (direta, solidária e/ou subsidiariamente) decorrentes, direta ou indiretamente, de atos e obrigações das atividades assumidas em razão do **CONVÊNIO**;

X - adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste **CONVÊNIO**.

XI - responsabilizar-se pelo pagamento do seu pessoal (salários, encargos, benefícios, vantagens, etc.) envolvido na execução do objeto deste **CONVÊNIO**;

XII - não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste **CONVÊNIO**, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, relacionados com o presente **CONVÊNIO**, sob pena de extinção deste, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis;

XIII - declarar por escrito, sempre que solicitado pela **CONCEDENTE**, de que cumpriu ou vem cumprindo a exigência contida no item XII.



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

XIV - facilitar de todas as formas a seu alcance a implantação das atividades previstas no Plano de Trabalho de cada Projeto;

XV - priorizar, pelo prazo de 3 (três) anos, o atendimento às demandas da **CONCEDENTE** para o desenvolvimento dos projetos aplicados classificados neste **CONVÊNIO**;

XVI - refazer, às suas expensas, os trabalhos relativos ao objeto deste **CONVÊNIO** que tenham sido executados em desacordo com o Plano de Trabalho do respectivo Projeto, os documentos técnicos e as normas aplicáveis;

XVII – elaborar os Relatórios Técnicos de Acompanhamento, cujos termos serão acordados entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO INTERVENIENTE

Constituem obrigações da **INTERVENIENTE**:

I - acompanhar a Execução Físico-Financeiro e a Prestação de Contas dos recursos recebidos, na periodicidade e forma especificados para o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**.

II - responsabilizar-se pela gestão administrativa do **CONVÊNIO**;

III - encaminhar Relatórios Técnicos de Acompanhamento;

IV - solicitar aditivos e alterações de rubricas, além de outras atividades compatíveis com suas obrigações;

V - realizar as aquisições buscando atender às especificidades estabelecidas nos Planos de Trabalho e observando os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste **CONVÊNIO** e de acordo com o Plano de Trabalho de cada Projeto aprovado;

VII - apresentar a Prestação de Contas do **CONVÊNIO**, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do **CONVÊNIO**;

VIII - movimentar os recursos em conta bancária específica por Projeto, aberta em instituições financeiras oficiais, inclusive o Banco do Brasil;

IX - colaborar nas revisões dos Planos de Trabalho dos Projetos que se fizerem necessárias, especialmente no que diga respeito a questões administrativas e financeiras;



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

X - responsabilizar-se pela elaboração de relatórios de execução financeira, a serem encaminhados de acordo com a periodicidade definida na Cláusula DÉCIMA PRIMEIRA, contendo a situação das atividades relacionadas ao presente CONVÊNIO, bem como a prestação de contas relativa à aplicação do repasse feito pelo período imediatamente anterior;

XI - manter atualizadas todas as informações referentes à execução do CONVÊNIO;

XII - manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste CONVÊNIO, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

XIII - restituir ao **CONCEDENTE**, conforme o caso, eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos auferidos da aplicação financeira, no prazo estabelecido para a apresentação da Prestação de Contas;

XIV - encaminhar para a **CONCEDENTE**, trimestralmente, informações relacionadas à execução do convênio: lista de beneficiários, contratos das aquisições, demonstrativos das transferências realizadas pela **CONCEDENTE**, para divulgação no Portal da Transparência do município;

XV - arcar com todas as obrigações civis, tributárias, comerciais, previdenciárias e assistenciais (direta, solidária e/ou subsidiariamente) decorrentes, direta ou indiretamente, de atos e obrigações das atividades assumidas em razão do **CONVÊNIO**;

XVI - responsabilizar-se pelo pagamento do seu pessoal (salários, encargos, benefícios, vantagens, etc.) envolvido na execução do objeto deste **CONVÊNIO**;

VII - restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da correspondente notificação, o(s) valor(es) transferido(s), atualizado(s) monetariamente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do recebimento, nos seguintes casos:

a) inexecução do objeto do **CONVÊNIO**;

b) não apresentação, no prazo exigido e de acordo com as normas vigentes, a Prestação de Contas; e

c) quando forem utilizados recursos sem a observância da finalidade estabelecida no **CONVÊNIO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA CONTRAPARTIDA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto deste **CONVÊNIO** R\$ 997.134,48 (novecentos e noventa e sete mil cento e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme discriminação abaixo:



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

I - Os recursos decorrentes dos repasses financeiros a serem realizadas pelo **CONCEDENTE** durante toda a vigência do **CONVÊNIO** totalizam a quantia de R\$ 997.134,48 (novecentos e noventa e sete mil cento e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

II - A contrapartida do **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**, durante toda a vigência do **CONVÊNIO**, constitui o pleno desenvolvimento dos projetos aplicados selecionados, em conformidade com seus respectivos Planos de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes das transferências financeiras realizadas pelo **CONCEDENTE** correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Programa de Trabalho: 15.451.0010.3420

Natureza de Despesa: 3332041

Fonte de Recurso:138

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício e, quando se tratar de investimento cuja execução ultrapassar um exercício financeiro, deverão ser indicados os recursos consignados no Plano Plurianual ou em lei que autorize e fixe o montante das dotações.

CLÁUSULA OITAVA: DOS REPASSES FINANCEIROS DOS RECURSOS

Os recursos do **CONCEDENTE** destinados à execução do objeto deste **CONVÊNIO** serão realizados na forma da legislação financeira e de acordo com o Cronograma Geral de Desembolso do **CONVÊNIO**, sendo efetuados diretamente na conta corrente nº 00941-7, agência 0174-0, operação 003, de titularidade da **INTERVENIENTE** Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense, junto à instituição financeira contratada pelo Município (**Caixa Econômica Federal**), devendo a **INTERVENIENTE** gerenciá-los em contas bancárias específicas para cada Projeto, em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os desembolsos financeiros serão realizados, pela **CONCEDENTE**, semestralmente, de acordo o Cronograma Geral de Desembolso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É vedado o saque de valores, a realização de despesas ou qualquer aplicação que não se refiram ao estrito cumprimento do objeto do **CONVÊNIO**, caracterizando o desvio de finalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do presente instrumento

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município.

PARÁGRAFO QUARTO: Serão glosadas pelo **CONCEDENTE** as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO QUINTO: Os saldos dos repasses do **CONVÊNIO**, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira, previamente acordado com a **CONCEDENTE**, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, devendo as receitas assim auferidas serem computadas, obrigatoriamente a crédito deste **CONVÊNIO** e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto.

PARÁGRAFO SEXTO: Os repasses financeiros serão retidos até o saneamento das seguintes eventuais irregularidades:

I – não comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável e do respectivo instrumento de **CONVÊNIO**;

II – verificação de desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do **CONVÊNIO**, ou inadimplemento com relação as outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e/ou **INTERVENIENTE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela **CONCEDENTE**;

IV - descumprimento pelo **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e/ou **INTERVENIENTE** de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ocorrendo irregularidades na aplicação dos recursos decorrentes dos repasses financeiros, o **CONCEDENTE** notificará de imediato, o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e o **INTERVENIENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido e/ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, se outro menor não for estipulado, sob pena de rescisão do **CONVÊNIO** e instauração de Tomada de Contas, na forma da cláusula décima terceira.

PARÁGRAFO OITAVO: Os saldos de **CONVÊNIO**, enquanto não empregados em sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I- em cadernetas de poupança de instituição financeira contratada pelo Município se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que 30 (trinta) dias.

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

PARÁGRAFO NONO: As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do **CONVÊNIO** e aplicadas, com a prévia autorização do **CONCEDENTE**, exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a sua Prestação de Contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da extinção do **CONVÊNIO**, seja pela sua conclusão, denúncia ou rescisão, sob pena de imediata instauração de tomada de contas do responsável.

CLÁUSULA NONA: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos patrimoniais sobre os resultados dos projetos financiados serão cedidos à Prefeitura de Niterói conforme disposições do artigo 111 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

O **CONVÊNIO** deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas acordadas e a legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução das atividades decorrentes do **CONVÊNIO** deverão ser realizadas até a data de conclusão do seu objeto ou da sua extinção, pelos órgãos/agentes competentes, que executarão suas respectivas atribuições em regime de colaboração entre si.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução das atividades decorrentes do **CONVÊNIO** serão realizadas de forma permanente e abrangerão os aspectos de gestão que impactem o alcance das metas previstas no **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caberá ao **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e ao **INTERVENIENTE** garantir aos órgãos de controle interno e externo o acesso a todos os documentos e informações relativos ao desenvolvimento das atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização.

PARÁGRAFO QUARTO: A execução deste **CONVÊNIO** será acompanhada, monitorada e fiscalizada por 02 (dois) fiscais, vinculados à Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade (SMU), nomeados por ato da Autoridade Competente, publicado no Diário Oficial do Município de Niterói, a quem caberá as seguintes atribuições:

I - atuar como interlocutor do **CONCEDENTE** perante o acompanhamento e com a execução do **CONVÊNIO**;

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

II - adotar todas as medidas necessárias para a fiel execução do **CONVÊNIO**, bem como alertar seus superiores para as devidas providências, se necessário;

III - verificar o cumprimento do Cronograma de Desembolso, do Cronograma de Execução Detalhado, o alcance das metas e a execução orçamentária, constantes nos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO**.

IV – acompanhar, monitorar e fiscalizar a fase de execução do **CONVÊNIO**, adotando ações para que sua a execução física e financeira corresponda ao previsto nos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO**;

V- acompanhar e gerenciar a fase de prestação de contas e elaborar parecer técnico quanto à execução dos projetos, respeitando o prazo e normas definidos neste **CONVÊNIO**;

VI - responder, sempre que necessário, às diligências exigidas pelo **CONCEDENTE** e pelos órgãos de controle interno e externo;

VII - exercer outras atividades correlatas.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso seja constatado algum desvio na execução do **CONVÊNIO**, os Fiscais do Convênio emitirão relatório ao **CONCEDENTE**, que deliberará sobre a continuidade ou não do **CONVÊNIO** e proporá as medidas administrativas cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO: No exercício da função de monitoramento da execução do **CONVÊNIO**, os Fiscais do Convênio poderão adotar as providências de fiscalização que entender necessárias à verificação da fidelidade da execução do **CONVÊNIO**, tais como:

I - realização de diligências em campo;

II - vistoria de locais de execução;

III - prestação de esclarecimentos, por qualquer meio;

IV - outras medidas de fiscalização.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os fiscais selecionados deverão possuir, no mínimo, conhecimento técnico geral sobre os temas objeto dos planos de trabalho.

PARÁGRAFO OITAVO: O **CONCEDENTE** poderá nomear, além dos fiscais do convênio, um grupo de servidores responsáveis por garantir suporte técnico específico aos fiscais durante todas as etapas do **CONVÊNIO**.

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

PARÁGRAFO NONO: Os servidores designados para constituir o grupo de suporte técnico aos fiscais do Convênio serão denominados Gerentes de Projetos.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Sugere-se que cada projeto do presente **CONVÊNIO** seja acompanhado por um Gerente de Projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO DO CONVÊNIO

Como instrumento de monitoramento, acompanhamento e fiscalização de cada período/etapa do **CONVÊNIO**, o **INTERVENIENTE** deverá manter atualizadas todas as informações referentes a sua execução, a fim de que o **CONCEDENTE** possa ao seu término ou a qualquer momento extrair os relatórios pertinentes a sua execução, para a comprovação da adequação da execução físico-financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Execução Físico-Financeiro do **CONVÊNIO** será objeto de exames conclusivos e circunstanciados pelos Fiscais do Convênio que verificarão se houve o cumprimento das metas, assim como apreciação de todos os elementos informados pelo **INTERVENIENTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As aprovações do Relatório de Execução Físico-Financeira e do Relatório Técnico de Acompanhamento, a cada período de 06 (seis) meses do **CONVÊNIO**, são condições prévias para realização de qualquer transferência financeira a cargo do **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para liberação do repasse subsequente, deve ser comprovado, no mínimo, a execução financeira de **40% (quarenta por cento) da despesa** da etapa do projeto em execução.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não se atinja **40% (quarenta por cento) da execução financeira da despesa**, o pesquisador deverá justificar expressamente os motivos da sua não execução, que serão analisados pelos Fiscais do Convênio.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de eventuais atrasos no envio de relatórios ou na execução de um dos projetos objeto deste **CONVÊNIO**, o repasse para esse projeto será bloqueado. Os demais projetos objeto do convênio receberão normalmente o repasse, de acordo com o Cronograma Geral de Desembolso.

PARÁGRAFO SEXTO: O fluxo de gestão administrativa da execução físico-financeira do **CONVÊNIO** deverá respeitar o cronograma disposto na tabela abaixo:

Datas	Atividades
1ª Quinzena do Mês 1	CONCEDENTE realiza o Repasse Número 01

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

4ª Semana do Mês 4	CONVENENTE e INTERVENIENTE enviam o Primeiro Relatório
1ª Quinzena do Mês 5	Fiscais do Convênio analisam o Relatório
2ª Quinzena do Mês 5	Adequação do Relatório pela CONVENENTE e INTERVENIENTE
1ª Quinzena do Mês 6	Fiscais do Convênio reanalisam Relatório e remetem para pagamento
2ª Quinzena do Mês 6	CONCEDENTE realiza o Repasse Número 02

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os repasses subsequentes seguirão o mesmo encadeamento lógico de etapas previsto no PARÁGRAFO SEXTO.

PARÁGRAFO OITAVO: Toda a demanda gerada pelo Coordenador da **CONVENENTE** junto à instituição **INTERVENIENTE** para cumprir as metas e as etapas do Plano de Trabalho de cada Projeto deverão observar os regulamentos internos da UFF, não cabendo à instituição **CONCEDENTE** gerar qualquer demanda de execução diretamente à instituição **INTERVENIENTE**, ficando essa relação restrita à instituição **CONVENENTE**.

PARÁGRAFO NONO: O valor do repasse realizado pela **CONCEDENTE** deve estar diretamente relacionado à consecução do objeto do convênio, sendo neste caso entendido como um valor relacionado às despesas de custeio do convênio e não do custeio ordinário da **CONVENENTE**, as quais representam contrapartidas da **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**, por meio do **INTERVENIENTE**, deverá apresentar ao **CONCEDENTE** a Prestação de Contas da aplicação dos recursos decorrentes de repasses financeiros, em até 60 (sessenta) dias após o término do período de execução de cada projeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Prestação de Contas financeira deverá ser instruída apresentando-se os seguintes documentos:

- I - demonstrativo de receitas e despesas;
- II - notas fiscais;
- III - extrato bancário completo da conta corrente;
- IV - comprovante de devolução em caso de saldo remanescente;
- V - carta de encerramento da conta corrente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prestação de contas técnica deverá conter o Relatório Técnico-Científico, que conterà, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) Resumo do plano inicial, informando sobre o que se pretendeu realizar desde o início;
- b) Resultados alcançados, produtos gerados e/ou metodologias inovadoras desenvolvidas;
- c) Descrição das atividades executadas de acordo com o cronograma;
- d) Dificuldades encontradas e propostas de superação;
- e) Descrição de impactos de médio e longo prazo no município.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os projetos com duração superior a 12 meses, será



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

necessária a apresentação de Relatório Técnico-Científico parcial anual, que condicionará a sua renovação.

PARÁGRAFO QUARTO: O BENEFICIÁRIO/CONVENENTE e o INTERVENIENTE deverão manter arquivados os documentos originais comprobatórios da execução do **CONVÊNIO** pelo prazo de 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO QUINTO: A Prestação de Contas será analisada e avaliada pelos Fiscais do Convênio, que emitirão parecer técnico quanto à execução física e financeira e a execução técnico-científica do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso alguma irregularidade seja constatada, o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** deverá ser notificado para apresentação dos esclarecimentos necessários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Findo o prazo máximo de 30 (trinta) dias para saneamento das irregularidades mencionadas no parágrafo anterior, sendo exauridas todas as providências necessárias para a regularização da pendência apontada ou reparação do dano, a Prestação de Contas não será aprovada e o **CONCEDENTE** notificará o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e o **INTERVENIENTE** para apresentação da defesa para a rescisão do **CONVÊNIO**, adotará as medidas para a instauração da Tomada de Contas, dando ciência aos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO OITAVO: A Prestação de Contas deverá ser analisada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, havendo manifestação conclusiva pela autoridade superior:

I – aprovando a Prestação de Contas;

II – aprovando a Prestação de Contas, com ressalvas, quando evidenciada a impropriedade ou falta de natureza formal que não resulte dano ao erário; ou

III – rejeitando a Prestação de Contas e determinando a imediata instauração da Tomada de Contas.

PARÁGRAFO NONO: O BENEFICIÁRIO/CONVENENTE e o INTERVENIENTE serão informados da manifestação conclusiva da autoridade competente acerca da Prestação de Contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Aprovada a Prestação de Contas, o ordenador de despesas do **CONCEDENTE** deverá solicitar aos Fiscais do Convênio que efetuem o devido registro da aprovação da Prestação de Contas, fazendo constar do processo declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Caso a Prestação de Contas não seja encaminhada no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o **CONCEDENTE** fixará o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para o recolhimento dos recursos, atualizados

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se ao término do prazo o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**, por intermédio do **INTERVENIENTE**, não apresentar a Prestação de Contas, nem devolver os recursos, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato à Controladoria Geral do Município ou outra autoridade competente, para fins de instauração de tomada de contas e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária dos agentes públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA TOMADA DE CONTAS

Será instaurada a Tomada de Contas quando:

I- não for apresentada a prestação de contas do prazo de até 60 (sessenta) dias e o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e o **INTERVENIENTE** se mantiverem inertes mesmo após a fixação, pelo **CONCEDENTE**, do prazo máximo de 30 (trinta) dias para a sua apresentação ou recolhimento dos recursos.

II- não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelo **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e **INTERVENIENTE**, em decorrência de:

- a) não execução total do objeto pactuado, exceto para os casos de prestação de contas parcial (projetos com duração superior a doze meses);
- b) atingimento parcial dos objetivos avançados, exceto para os casos de prestação de contas parcial (projetos com duração superior a doze meses);
- c) desvio de finalidade;
- d) impugnação de despesas;
- e) não cumprimento da contrapartida;

III - ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO/CONVENENTE E INTERVENIENTE

O **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e o **INTERVENIENTE** são responsáveis por arcar:

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

I – com os prejuízos que, em decorrência de ação dolosa ou culposa de seus agentes, vier a causar a terceiros ou a bens, móveis ou imóveis, ficando nesses termos obrigado a repará-los ou indenizá-los;

II - de forma integral, pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução das atividades decorrentes do **CONVÊNIO**, sendo o único responsável pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes, respondendo em juízo ou fora deste, de forma integral e exclusiva, isentando o **CONCEDENTE** de quaisquer obrigações presentes e futuras;

III – com os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, incluindo os decorrentes de acordo, dissídios e convenções coletivas oriundos da execução do **CONVÊNIO**, ficando o **CONCEDENTE** isento de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária;

IV – com qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente da execução do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO ÚNICO: A inadimplência do **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e/ou **INTERVENIENTE** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao **CONCEDENTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do **CONVÊNIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este **CONVÊNIO** poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante termo aditivo, inclusive quando se referir a ajuste nos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedado o aditamento do **CONVÊNIO** com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida na proposta e respectivos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Tratando-se de alterações quantitativas e qualitativas que modifiquem o projeto poderá ser admitida a propositura da reformulação dos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO** pelo **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**, que será previamente apreciado pelos setores técnicos e jurídico, e, ainda, submetida à aprovação do titular do **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações quantitativas e qualitativas não podem ser superiores a 20% das dotações orçamentárias estimadas ou na distribuição entre grupos de natureza de despesa.

PARÁGRAFO QUARTO: Alterações formais que não alterem o escopo do projeto devem ser apenas informadas à **CONCEDENTE**.



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

PARÁGRAFO QUINTO: O **CONVÊNIO** poderá ser aditado se após a conclusão do objeto for apurado eventual saldo financeiro residual, que poderá ser aplicado na ampliação da meta física estipulada nos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO SEXTO: Na hipótese do parágrafo anterior, é vedada a adição de recursos financeiros novos, seja por parte do **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** ou de quaisquer outros Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS BENS REMANESCENTES

Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos deste **CONVÊNIO** pertencem à **CONCEDENTE** e a ela devem retornar ao final deste **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao término do presente **CONVÊNIO**, a critério da **CONCEDENTE**, poderá ser entabulado outro ajuste para que tais bens permaneçam sendo utilizados em projetos de ensino e pesquisa da **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS VEDAÇÕES

Este **CONVÊNIO** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado:

I - utilizar os recursos com finalidade diversa da estabelecida nos Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO** e dos Projetos, ainda que em caráter de emergência;

II – realizar pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da entidade beneficiária e de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;

III – realizar despesas em data anterior à vigência do **CONVÊNIO**, quando então serão glosadas pelo **CONCEDENTE**;

IV - realizar despesas em data posterior à vigência do **CONVÊNIO**, salvo quando o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência do instrumento, mediante autorização do **CONCEDENTE**;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos;

VI - realizar despesas com publicidade, salvo as que atendam cumulativamente às seguintes exigências:

- a) sejam de caráter educativo, informativo ou de orientação social;
- b) das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
- c) que constem claramente no Plano de Trabalho dos Projetos; e
- d) que tenham caráter acessório ao objeto principal do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não poderão fazer parte da equipe do **BENEFICIÁRIO/CONVENIENTE**, contratadas com recursos do **CONVÊNIO** as pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime:

I - contra a administração pública ou o patrimônio público;

II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou

III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

A realização das despesas será comprovada mediante a apresentação de cópia de documentos, devendo os recibos e notas fiscais ser emitidos em nome do **INTERVENIENTE** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste **CONVÊNIO**, devendo ser observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente, em especial a trabalhista, previdenciária e tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da data de aprovação da Prestação de Contas pela **CONCEDENTE**, com exceção dos comprovantes de pagamento de débitos de natureza trabalhista e previdenciária, que devem observar a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

O **CONVÊNIO** poderá ser extinto antes do prazo da sua vigência, por escrito, pela denúncia, por acordo entre as partes ou rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A denúncia deverá ser comunicada por escrito, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias de antecedência, somente produzindo efeitos a partir desta

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

data, sendo imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditados os benefícios adquiridos no mesmo período, sem prejuízo do dever de indenizar os prejuízos causados, que deverão ser avaliados e quantificados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constitui motivo para rescisão deste **CONVÊNIO**, independentemente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente e, exemplificativamente, quando constatadas as seguintes situações:

I - utilização dos recursos em desacordo com os Planos de Trabalho de cada projeto do **CONVÊNIO**;

II - constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações;

III - quando o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e o **INTERVENIENTE** deixarem de cumprir os seus encargos e outras obrigações, previstos no presente **CONVÊNIO**;

IV - quando o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e o **INTERVENIENTE** transferirem seus encargos, ajustados neste **CONVÊNIO**, a terceiros, sem a expressa autorização da **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **CONVÊNIO** poderá ser extinto pela vontade das partes pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexequível o cumprimento das obrigações.

PARÁGRAFO QUARTO: A rescisão do **CONVÊNIO** importará na devolução dos recursos não aplicados, no prazo de 30 (trinta) dias, acrescidos do pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre os recursos não utilizados ou comprometidos com atividades em execução.

PARÁGRAFO QUINTO: A rescisão do **CONVÊNIO** será antecedida de intimação do **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e do **INTERVENIENTE**, cabendo ao **CONCEDENTE** indicar o inadimplemento cometido, os fatos e os fundamentos legais.

PARÁGRAFO SEXTO: Ao **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e/ou **INTERVENIENTE** será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A intimação do **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE** e/ou **INTERVENIENTE** deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO OITAVO: Será emitida decisão conclusiva sobre a rescisão do **CONVÊNIO** pela autoridade competente, devendo ser apresentada a cabível motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO VALOR DO CONVÊNIO



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

Dá-se a este **CONVÊNIO** o valor total de R\$ 997.134,48 (novecentos e noventa e sete mil cento e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou quando constatada impropriedade que não tenha sido saneada, mesmo após oportunidade para o cumprimento da obrigação, deverá o **BENEFICIÁRIO/CONVENENTE**, por intermédio do **INTERVENIENTE**, recolher:

I - o valor total transferido, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto do **CONVÊNIO**;
- b) não apresentação, no prazo exigido, da prestação de contas;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no **CONVÊNIO**;

II - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados;

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os valores a serem recolhidos pelo **CONVENENTE**, em qualquer caso, deverão ser atualizados monetariamente, pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO, DA DIVULGAÇÃO E DO CONTROLE DO CONVÊNIO

Após a assinatura do **CONVÊNIO** deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O extrato da publicação deve conter:

- I - número do **CONVÊNIO**;
- II - nome do **CONCEDENTE**, e do **CONVENENTE**;
- III - valor do **CONVÊNIO**;
- IV - objeto do **CONVÊNIO**;
- V - nome do **INTERVENIENTE**;



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

VI - data de assinatura e período de vigência;

VII - dotação orçamentária; e

VIII - número do empenho, quando couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma cópia autenticada do **CONVÊNIO** deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, na forma e no prazo determinado por este.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DAS NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste **CONVÊNIO**, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SIGILO

Para os fins desta cláusula, valerão as seguintes definições:

I - **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** significa:

a) Informações, dados ou conhecimento, direta ou indiretamente relacionados ao objeto deste **CONVÊNIO** ou ao negócio de qualquer dos **PARTÍCIPE**S, que, não sendo de domínio público, tiverem sido gerados ou adquiridos por tal **PARTÍCIPE**;

b) Quaisquer informações que tiverem origem ou forem obtidas por um **PARTÍCIPE** na sede ou quaisquer dependências de outro **PARTÍCIPE**, ainda que elas não tenham relação direta com o objeto do presente **CONVÊNIO**.

II - **PARTÍCIPE DIVULGADOR** é o **PARTÍCIPE** que divulga **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** a outro **PARTÍCIPE** ou que permite que este tenha acesso a elas.

III - **PARTÍCIPE RECEPTOR** é o **PARTÍCIPE** que recebe ou tem acesso a **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** de outro **PARTÍCIPE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os **PARTÍCIPE**S concordam que a existência deste **CONVÊNIO** e as tratativas que culminaram com sua formalização serão tratadas como **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os **PARTÍCIPE**S se obrigam a manter sob sigilo toda e qualquer **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** que receberem um do outro, as quais não poderão ser utilizadas para fins estranhos ao objeto deste **CONVÊNIO** sem a autorização prévia e por

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

escrito do PARTÍCIPE DIVULGADOR, exceção feita aos casos em que este **CONVÊNIO** dispensar tal autorização.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os fins deste item, o PARTÍCIPE RECEPTOR se obriga por seus administradores, empregados, prepostos e contratados a qualquer título. Além disso, o PARTÍCIPE RECEPTOR ficará responsável por garantir que as pessoas autorizadas a receber qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL fiquem sujeitas ao dever de mantê-la sob estrito sigilo, de modo que a confidencialidade desejada pelos **PARTÍCIPE**S não fique diminuída ou ameaçada.

PARÁGRAFO QUARTO: Os **PARTÍCIPE**S poderão trocar qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL entre si enquanto vigor o presente **CONVÊNIO**. Não obstante, a obrigação de confidencialidade sobreviverá por 10 (dez) anos ao término do **CONVÊNIO**.

PARÁGRAFO QUINTO: O descumprimento da obrigação de sigilo de que trata esta cláusula importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos.

PARÁGRAFO SEXTO: Só configuram exceção à obrigatoriedade de sigilo as seguintes hipóteses:

- a) informação comprovadamente conhecida antes das tratativas do presente **CONVÊNIO**;
- b) prévia e expressa anuência do titular das informações, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo presente **CONVÊNIO**, quanto à liberação da obrigação de sigilo;
- c) informação comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente **CONVÊNIO**; e
- d) determinação judicial e/ou administrativa para conhecimento das informações, desde que notificado imediatamente o respectivo titular, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando do encerramento do presente **CONVÊNIO** ou em caso de violação do dever de sigilo disciplinado nesta cláusula, o PARTÍCIPE RECEPTOR deverá:

- a) Devolver, no prazo de 30 (trinta) dias, todos os documentos que contenham INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL (original e cópias, tanto em meio físico como eletrônico);
- b) Destruir ou, caso os tenha repassado a outrem, fazer com que destruam tais documentos, não sendo a devolução possível.

PARÁGRAFO OITAVO: A devolução ou destruição dos referidos documentos não liberará o PARTÍCIPE RECEPTOR das obrigações assumidas em razão desta cláusula de sigilo.



Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente **CONVÊNIO** que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: DOS ANEXOS

Fazem parte integrante do **CONVÊNIO** os seguintes Anexos:

Anexo I – Cronograma Geral de Desembolso do **CONVÊNIO** (**somatório dos desembolsos previstos nos planos de trabalho de cada projeto**).

Anexos II – Planos de Trabalho de cada Projeto a ser beneficiado com recursos do **CONVÊNIO** (objeto, objetivos, metas, produtos/entregas, orçamento, cronogramas de execução e desembolso e resultados previstos).

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos Partícipes e duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos, em Juízo ou dele.

Niterói, 18 de dezembro de 2020.

Pela **PREFEITURA DE NITERÓI**:

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade (SMU)
Prefeitura Municipal de Niterói
José Renato da Gama Barandier Jr.
Secretário

Pela **UFF**:

Universidade Federal Fluminense
Prof. Antônio Claudio Lucas da Nóbrega



PREFEITURA
DE NITERÓI

Processo nº	Data	Rubrica	Fls
190000294/2020	23/11/2020		

Reitor

Pela **FEC:** ALBERTO DI
SABBATO:19502
664787

Assinado de forma digital
por ALBERTO DI
SABBATO:19502664787
Dados: 2020.12.21 09:10:55
-03'00'

Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF
Alberto Di Sabbato
Diretor-Presidente

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



PREFEITURA DE NITERÓI

Processo nº 190000294/2020	Data: 03/07/2020	Rubrica:	Fls.
----------------------------	------------------	----------	------

ANEXO I - CRONOGRAMA GERAL DE DESEMBOLSO

SMU

PERÍODOS DE DESEMBOLSOS	TOTAL
1º Desembolso – 1º semestre	R\$ 290.002,53
2º Desembolso – 2º semestre	R\$ 254.448,51
3º Desembolso – 3º semestre	R\$ 203.888,22
4º Desembolso – 4º semestre	R\$ 248.795,22
TOTAL	R\$ 997.134,48

Plano de Trabalho do Projeto 3

Dados Cadastrais

Título do Projeto	Mobilidade de Baixo Carbono e Compartilhada em Niterói (RJ): Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de Modelos de Negócios Sustentáveis
Departamento	Economia
Valor autorizado	R\$ 374.575,42
Tipo de Projeto	Pesquisa

Período de Execução

Tempo de Execução (em meses)	24		
Início da Execução	01/09/2020	Fim da Execução	31/08/2022

Coordenador

Nome	Luciano Losekann		
Email	lucianolosekann@id.uff.br		
Siape	01511403	CPF	047.660.337-44

Vice-coordenador

Nome	Claude Adélia Moema Jeanne Cohen		
Email	claudecohen@id.uff.br		
Siape	1478140	CPF	943.945.807-06

Unidade

FACULDADE DE ECONOMIA

Secretaria

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade - SMU

Participes

Universidade Federal Fluminense - 28.523.215/0001-06

Endereço | Rua Miguel de Frias, n 9 - Icaraí - Niterói - RJ - 24.220-900
Telefone | 2126295000

Fundação Euclides da Cunha - 03.438.229/0001-09

Endereço | Rua Miguel de Frias, n 123, parte - Icaraí - Niterói - RJ - 24.220-001
Telefone | 2121091664

Prefeitura Municipal de Niterói - 28.521.748/0001-59

Endereço | Rua Visconde de Sepetiba, n 987 - Centro - Niterói - RJ - 24.220-001
Telefone | 2126200403

Descrição do Projeto

Introdução/Contextualização

Nas últimas décadas, novas tecnologias e, conseqüentemente, modelos de mobilidade vem surgindo e modificando o modo como indivíduos se deslocam pela cidade. Veículos elétricos leves e pesados, patinetes e bicicletas elétricas vem ganhando espaço e trazendo soluções menos carbono intensivas, e compartilhadas. Dentre as principais tendências que estão sendo debatidas podemos destacar: a tecnologia autônoma, o compartilhamento da mobilidade e sua eletrificação. Essas tendências têm a capacidade de criar modelos de negócios e impactar diferentes setores da economia, mas seu maior potencial disruptivo consiste em sua integração, criando, assim, o conceito de mobilidade como um serviço compartilhado (CEBRI, 2018). Visto que este projeto tem como objetivo ser aplicado a cidade de Niterói, a pesquisa focará duas tendências, eletrificação e compartilhamento, uma vez que a tecnologia autônoma só deverá ser observada no país em um futuro mais distante. Com relação aos veículos elétricos, estes já existem desde o século XIX e chegaram a ser a maioria dos carros circulando nos Estados Unidos no início do século XX. A partir da expansão das cidades e da construção de uma infraestrutura rodoviária as interligando, foram necessários veículos com maior autonomia, resultando na diminuição da atratividade dos modelos elétricos. A partir da crise do petróleo nos anos 1970, no entanto, estes veículos foram considerados como uma possível solução para lidar com os aumentos do preço do petróleo. Além disso, a preocupação com as emissões de gases de efeito estufa marcada pelo Acordo de Paris, em 2015, levou a busca por outras soluções menos poluentes. (FONTAÍNHAS et al, 2016). A maior eficiência do motor elétrico e a diminuição da dependência de combustíveis fósseis também são motivações importantes. No caso dos centros urbanos, como a cidade de Niterói, a redução da poluição do ar e do ruído deve ser destacada como uma grande vantagem, visto que são problemas comuns nestas regiões. No entanto, deve-se destacar a existência de barreiras na introdução da mobilidade elétrica. Com relação aos veículos, vale destacar o alto custo das baterias e a falta de infraestrutura de recarga. Um grande desafio é a chamada ansiedade de alcance (em inglês, range anxiety), ou seja, a preocupação dos proprietários com a existência de estações de carregamento adequadamente distribuídas geograficamente. Além disso, estas estações devem ser compatíveis, isto porque existem diferentes modelos de veículos elétricos no mercado que não utilizam a mesma infraestrutura de recarga. Embora a eletrificação da mobilidade possa trazer muitos benefícios, desafios como sua menor autonomia e o tempo de carregamento das baterias devem ser considerados. Vale ressaltar que para que os veículos elétricos permitam reduções de emissões de gases de efeito estufa em grande escala, é preciso atentar-se para as fontes de geração de eletricidade. Assim, a integração entre veículos elétricos e fontes renováveis deve ser um ponto de foco nas políticas de incentivo. É importante observar que a difusão de veículos elétricos está relacionada com a criação de uma infraestrutura de recarga, de manutenção e revenda. Deste modo, uma importante questão a ser destacada é o efeito-clubes, quando a entrada de novos usuários melhora a satisfação dos indivíduos que utilizam determinada rede. Isto porque a adoção de veículos elétricos por um maior número de indivíduos estimula a criação de terminais de carga, uma vez que mais pessoas farão uso desta infraestrutura, assim como a ampliação desta infraestrutura incentiva a adoção desta tecnologia. Em relação a iniciativas municipais direcionadas ao transporte público, observa-se uma preocupação das políticas públicas focadas na redução das emissões oriundas da sua frota de ônibus. Assim como nos veículos leves, a introdução dos pesados é marcada por barreiras, onde por vezes podem ser mais bem trabalhadas por meio de contratos que desagreguem algumas atividades como (ORBEA et al.,2019): i) empresas proprietárias dos ônibus, ii) empresas proprietárias dos depósitos e infraestrutura de recarregamento, e iii) empresas operadoras do sistema de transporte. Cabe dizer que, mesmo como todos os entraves, observa-se no Brasil iniciativas em São Paulo e Curitiba. A cidade de Groningem, na Holanda, é uma referência internacional em mobilidade urbana sustentável. A cidade tem a meta de até 2025 não ter mais veículos que emitam gases poluentes, adotando exclusivamente opções de mobilidade livres de carbono. Além de ser uma referência na ampla utilização de bicicletas nos fluxos diários, a cidade destaca-se pelo incentivo aos ônibus elétricos. Em novembro de 2019, 164 novos ônibus elétricos foram colocados em operação para a Qbuzz na concessão Groningen/Drenthe, sendo esta a maior introdução de ônibus elétricos de uma só vez (SUSTAINABLE BUS, 2019). Dentre as cidades Latino-Americanas, Santiago destaca-se como um exemplo na adoção de transporte público com baixas emissões. Ao pautar suas metas de substituição de frota de ônibus no sentido de tecnologias menos poluentes, inclusive adotando os parâmetros da EURO VI, a cidade conseguiu reduzir em 65% a ocorrência de partículas finas comparada com os anos de 1989 e 2012 (UNEP, 2017). Hoje, a cidade tem como objetivo chegar a uma frota de ônibus 100% elétrica em um futuro breve. No Brasil, destaca-se o caso de São Paulo, que adotou 15 ônibus elétricos da

empresa BYD, no final de 2019. São Paulo é a cidade com a maior frota de ônibus 100% elétricos sem alimentação por rede aérea no país. Com relação ao compartilhamento, é importante observar algumas vantagens que atraem o consumidor, como a praticidade e conveniência. Deste modo, a conectividade surge como uma ferramenta que busca garantir maior flexibilidade e eficiência aos sistemas de deslocamento vigentes. Esta tendência, no entanto, é muito dependente da digitalização (CEBRI, 2018). Espera-se que, até 2030, as vendas de veículos individuais sejam reduzidas em pelo menos 10% devido ao maior uso de veículos compartilhados (MCKINSEY, 2016a). Vale ressaltar que o compartilhamento de mobilidade é em grande parte feito por aplicativos em smartphones, sendo assim, torna-se importante o acesso à Internet. A população de Niterói pode obter benefícios significativos com alternativas sustentáveis de mobilidade. Esse projeto visa quantificar esses benefícios potenciais e municiar a decisão de gestores municipais. Através do desenvolvimento da plataforma digital "Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói", essas informações serão divulgadas para a população, estimulando a difusão das alternativas sustentáveis. Bibliografia: CEBRI. Mobilidade elétrica: perspectivas e desafios. RELATÓRIO V, ANO I, 2018. FONTAÍNHAS, J.; CUNHA, J.; FERREIRA, P. Is investing in an electric car worthwhile from a consumers' perspective? Energy, v. 115, p. 1459-1477, 2016. MCKINSEY. Automotive Revolution – perspective towards 2030, Janeiro, 2016. ORBEA, Jone et al. Adapting Procurement Models for Electric Buses in Latin America. Transportation Research Record, v. 2673, n. 10, p. 175-184, 2019. UNEP. Santiago Adopts Euro VI Buses: A Case Study. United Nations Environment Programme (UNEP). Resource type: Awareness Materials. <<https://www.ccacoalition.org/en/resources/santiago-adopts-euro-vi-buses-case-study>> Acesso em: 02 de abril de 2020. Paris, 2017. SUSTAINABLE BUS (2019). "Qbuzz to launch 164 electric buses in Groningen Drenthe concession, charged by Heliox". Disponível em: <<https://www.sustainable-bus.com/news/qbuzz-to-launch-164-electric-buses-in-groningen-drenthe-concession-charged-by-heliox/>> Acesso em: 01/04/2020.

Identificação do Objeto

Criar uma plataforma digital, denominada "Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói" com dupla finalidade: (i) apoiar decisões de gestores municipais em políticas de mobilidade de baixo carbono e compartilhada e (ii) contribuir para a difusão de soluções sustentáveis para a população de Niterói. Comparações internacionais, estudos de viabilidade técnica e econômica dos modelos de negócio sustentáveis e valoração de benefícios ambientais serão desenvolvidos pela equipe de trabalho para alimentar a plataforma digital.

Justificativa da Proposição

Assim como é descrito pelo plano estratégico da Niterói, a cidade reúne características demográficas bem peculiares, tanto em questão de renda (43% da população nas classes A e B), quanto na questão da concentração populacional (ex. região noroeste). A junção destas duas características, aliada à falta de investimentos dos últimos 40 anos (NITERÓI, 2019) causa um dos maiores problemas enfrentados pela cidade, os congestionamentos. Em recente estudo realizado pelo aplicativo 99Taxi, a cidade foi eleita a líder em engarrafamentos do Brasil. O Niteroiense gasta um tempo 78% maior para se deslocar em horários de pico, ficando à frente de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (O FLUMINENSE, 2020). Devido a este incômodo problema, a mobilidade tem tido uma atenção especial, sendo elencada como um ponto de destaque dentro da área de resultado e foco estratégico "Organizada e Segura" do "Plano Estratégico Niterói que Queremos". Como diagnóstico da situação atual, o programa identifica: i) o elevado crescimento de automóveis em relação a população, onde em 10 anos – entre 2002 e 2012 – o número de automóveis cresceu 41,7% e o de habitantes 5,9%, e ii) um elevado tempo de deslocamento casa-trabalho em todas as regiões da cidade. Um exemplo são os moradores dos bairros de Itaipu, Itacoatiara e Maravista, que chegam a levar, em média, 56,3 minutos no trajeto casa-trabalho. O desafio proposto pelo plano está em tornar a mobilidade mais ágil, ao estabelecer meta de tempo máximo de deslocamento casa-trabalho de no máximo 29 minutos em 2033 e alcançar 140 km de malha cicloviária construída. Com este fim, a estratégia é focar na construção de regiões integradas, eficientes e menos poluentes de transporte, onde destacam-se 2 projetos: i) mobilidade sustentável – BRHS transoceânica e estudo do VLT, e ii) Niterói de bicicleta. No campo de iniciativas privadas ligados à mobilidade sustentável, observa-se em Niterói projetos como: implantação de um serviço turístico via patinetes (PLANTAO ENFOCO, 2019), compartilhamento de bicicletas convencionais (O GLOBO, 2019) e de bicicletas elétricas (CIDADE DE NITERÓI, 2019). Das três, as iniciativas de serviços de compartilhamento de bicicletas elétricas e convencionais estão em fase mais adiantada e podem começar a ser viabilizados ainda em 2020. Dada as iniciativas públicas – plano estratégico de Niterói – e privadas elencadas acima, este projeto se encaixa em dois pontos distintos na iniciativa "Niterói que Queremos". O primeiro atuando sob a demanda, ao buscar estimular os usuários a adotarem práticas mais sustentáveis, e, segundo, ao atuar junto ao poder público, apoiando políticas públicas voltadas para a mobilidade de baixo carbono e compartilhada. Em relação ao primeiro ponto, o plano endereça bem a questão da construção de soluções de oferta de transportes mais eficientes e sustentáveis, não abarcando questões de incentivo a demanda dos usuários. A proposta é a elaboração de uma plataforma que forneça ao usuário todas as informações de impacto em emissões e em congestionamentos mediante sua escolha do modal utilizado. Esta iniciativa, cria uma matriz de comparação entre todos os modais disponíveis para o trajeto desejável, o que incorre numa "competição" por sustentabilidade e externalidades positivas, onde trará para o usuário de transporte o impacto de suas decisões e oferecerá meios dele optar por soluções mais sustentáveis. As ações de mobilidade de baixo carbono implicam em custos e a quantificação dos benefícios é essencial para verificar a sua eficácia. Em um contexto de crescente conscientização ambiental da sociedade, o conhecimento dos benefícios da mobilidade de baixo carbono é importante para possibilitar a aceitação de novos empreendimentos. Em relação ao segundo ponto, este está orientado a fornecer informações que auxiliem o policymaker em relação a inovações regulatórias no âmbito local. Para tal, a partir das intervenções realizadas ou planejadas no plano estratégico da cidade, serão trabalhados diferentes cenários de difusão por tipo de transporte, apontando através de infográficos os impactos ambientais e financeiros projetados/realizados. Desta forma, dadas as novas tendências de eletrificação e compartilhamento da mobilidade, este estudo torna-se relevante para viabilizar a criação de uma solução – no caso uma plataforma – capaz de impactar positivamente as novas alternativas de transporte implementadas a luz do plano estratégico. O projeto tem grande potencial para contribuir de modo relevante para o desenvolvimento sustentável da cidade de Niterói, trazendo benefícios para a qualidade de vida da população da cidade ao diminuir a poluição e o tempo das viagens na cidade. Bibliografia: CIDADE DE NITERÓI. Lev e Enel apresentam serviço de aluguel de bikes elétricas em Niterói. Disponível em: <<http://cidadedeniteroi.com/2019/09/16/lev-e-enel-apresentam-servico-de-aluguel-de-bikes-eletricas-em-niteroi/>> . Acesso em: 10 de março de 2020. Niterói, 16 de setembro de 2019. NITERÓI, Niterói que queremos - Plano Estratégico 2013 - 2033. Disponível em: <http://seplag.niteroi.rj.gov.br/livro_niteroi_que_queremos.pdf> Acesso em: 31 de março de 2020. Niterói, 2019. O FLUMINENSE. Niterói é líder em engarrafamentos. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/niter%C3%B3i-%C3%A9-l%C3%ADder-em-engarrafamentos> Acesso em: 31 de março de 2020. Niterói, 29 de março de 2018. PLANTAO EM FOCO. Neltur que patinetes elétricas em Niterói. Disponível em: <https://plantaofoco.com.br/cidades/neltur-quer-patinetes-eletricas-em-niteroi/> Acesso em: 31 de março de 2020. Niterói, 26 de junho de 2019. O GLOBO. Sistema de bicicletas compartilhadas em Niterói começará a ser implantado em 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/sistema-de-bicicletas-compartilhadas-em-niteroi-comecara-ser-implantado-em-2020-23932474>> Acesso em: 31 de março de 2020. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2019.

Objetivos e Escopo

O objetivo principal do projeto é difundir práticas mais sustentáveis de mobilidade na cidade de Niterói. Esse objetivo principal se desdobra em vários objetivos específicos voltados ao apoio de decisão para gestores municipais e à conscientização da população do município. O primeiro objetivo específico deste projeto é apresentar as melhores práticas de implementação de soluções sustentáveis pelo mundo, tais como compartilhamento de bicicletas elétricas, veículos leves e patinetes, além da eletrificação do transporte público por meio da introdução de ônibus elétricos. O segundo objetivo específico é avaliar as soluções mais adequadas para a cidade de Niterói (RJ), considerando suas especificidades e o plano estratégico de Niterói, além da criação de cenários de implementação destas soluções. O terceiro objetivo específico é avaliar a viabilidade técnica e econômica destes modelos de negócio sustentáveis em Niterói, além de calcular os benefícios ambientais relacionados a redução de emissões de gases de efeito estufa. Outro objetivo específico é desenvolver metodologia de valoração ambiental associada a mobilidade de baixo carbono e analisar os impactos ambientais da adoção destas soluções, a partir do cálculo das emissões evitadas (comparando com o cenário da utilização dos modais tradicionais carbonos intensivos), e do cálculo da valoração do benefício ambiental da mobilidade de baixo carbono. Tem-se como o último objetivo a criação de uma plataforma que trará soluções de mobilidade de baixo carbono e compartilhada, que contribuirá no processo de decisão do policymaker e terá o papel de conscientizar a população dos impactos que as diferentes formas de se locomover geram na cidade.

Metodologia

A proposta está dividida em quatro fases. Na primeira fase, será feito um levantamento de melhores práticas de implementação de soluções de mobilidade compartilhada de baixo carbono. Será feita uma revisão da literatura de experiências internacionais com ônibus elétricos, bicicletas e patinetes elétricos e car sharing. Na segunda fase, a partir da avaliação das melhores práticas internacionais, serão identificadas quais soluções são mais adequadas a Niterói, considerando o Plano Estratégico da cidade e suas características específicas. Serão avaliados os modais que são mais utilizados pela população, a partir de dados da Prefeitura, Fetranspor e outras fontes. Experiências de implementação bem-sucedida em cidades da América Latina serão utilizadas, como é caso de Santiago para os ônibus elétricos e a recente experiência de São Paulo com a implementação de 15 ônibus elétricos da BYD. As experiências internacionais e nacionais com bicicletas e patinetes elétricos compartilhados, como aquelas presentes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, também serão revisadas. Essa identificação de soluções permitirá a criação de cenários de implementação de novas possibilidades de mobilidade sustentável para Niterói. Na terceira fase, para o estudo de viabilidade técnica e econômica da implementação das alternativas de baixo carbono e compartilhadas, será necessário: i) Fazer um levantamento das tecnologias existentes; ii) Identificar os principais fornecedores de ônibus, carros, bicicletas e patinetes elétricos; iii) Calcular os custos da adoção destas tecnologias, que incluem aquisição dos veículos, bicicletas e patinetes elétricos, a energia elétrica para recarga, considerando o fator de utilização dos veículos e manutenção; iv) Desenvolver cenários de utilização, levando em conta cenários de preço e demanda estimada; v) Estimativa de tarifas para ônibus elétricos do transporte público a fim de analisar o tempo de payback do fluxo de caixa; vi) Analisar modelos de negócio; vii) Identificar modelos regulatórios para cada alternativa. A partir deste estudo, será possível calcular o tempo de retorno do investimento para implementação destas soluções sustentáveis, além de estimar o valor do benefício ambiental. A valoração do benefício ambiental vem se tornando cada vez mais importante para guiar as decisões econômicas e as políticas públicas. As ações de mobilidade de baixo carbono implicam em custos e a quantificação dos benefícios é essencial para verificar a sua eficácia. Seguindo o Princípio do Valor Econômico Total (Pearce, 1993; Seroa da Motta, 1998), técnicas específicas de valoração ambiental serão aplicadas para imputar valores monetários a tais benefícios, a fim de quantificar as externalidades ambientais associadas. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment, 2005) expandiu a percepção da importância do conceito de “serviço ambiental” ou “serviço ecossistêmico” para designar as externalidades ambientais positivas associadas a ações ambientais. As ações ambientais são responsáveis por uma vasta gama de benefícios ambientais e seu valor econômico pode ser obtido pela soma desses benefícios ao longo do tempo. A expressão (1) que sintetiza esse conceito é: $V = f(SA1, SA2, \dots, SAj, \dots, SAn)$ (1) Onde V representa o valor econômico da ação de conservação ambiental, e SAj representa o J-ésimo serviço ambiental associado à instalação ou manutenção dessa ação. O objetivo é calcular o valor associado ao benefício ambiental prestado no dano evitado. Por exemplo, a redução de emissões de materiais particulados faz com que menos pessoas se destinem aos hospitais. Este custo é evitado. Entretanto, do ponto de vista prático, há diversos desafios envolvidos nesse cálculo. Em primeiro lugar, para identificar o valor associado ao benefício ambiental e, conseqüentemente, a contribuição que a ação de mobilidade de baixo carbono traz para a sociedade, é necessário compreender a dinâmica e as funções ecossistêmicas. Na grande maioria dos casos, como ocorre nesse projeto, optase por trabalhar com apenas um subconjunto de benefícios ambientais cujas metodologias de valoração são mais confiáveis. Assim, o valor econômico total do benefício ambiental é subestimado. Se os benefícios subestimados ultrapassam seus custos, cuja estimativa envolve menor incerteza, garantimos que o investimento na mobilidade de baixo carbono é vantajoso para a sociedade. Por fim, na quarta fase, todos os estudos e pesquisas realizados serão apresentados em um relatório final. As informações geradas neste relatório serão publicadas através da plataforma on-line intitulada “Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói” para contribuir no processo de decisão dos policymakers e na conscientização da população da cidade. A plataforma on-line proposta será uma aplicação web, a ser desenvolvida de forma personalizada com base nas seguintes tecnologias: Ruby on Rails, JavaScript, React.js, PostgreSQL. Também serão desenvolvidos layout, identidade visual e wireframes de todas as páginas de maneira a facilitar a navegação do usuário e acesso às informações e conteúdos relevantes. 1 - Páginas e Mapa Interativo com revisão internacional da mobilidade sustentável Na revisão de políticas internacionais de mobilidade sustentável, serão colhidas experiências nacionais e internacionais de sucesso e fracasso, que servirão de base para a avaliação das políticas movidas nestas regiões. A página de cada país possuirá: caixas de texto com um resumo de suas principais práticas adotadas, dados de modais alternativos (quantidade por alternativa), efeitos de animação para ilustrar a condição do país e links disponibilizando para download os arquivos com a versão completa das pesquisas. Em um mapa interativo, os países pesquisados terão destaque. Ao passar o mouse por suas representações gráficas, aparecerão janelas pop-up com informações básicas sobre os modais alternativos existentes na região. Cada pop-up terá um link associado à rota da página de conteúdo do respectivo país. 2 - Página de publicações com acesso especial a usuário restrito Será criada uma página de publicações formada por cards horizontais que tragam o título e a descrição básica dos documentos desenvolvidos pela equipe de trabalho. Aos cards estarão associados links que levarão à página da publicação nas quais o usuário encontrará o seu resumo e opção de download do material selecionado. Esta seção também terá um conteúdo voltado a gestores municipais autenticados mediante a utilização de usuário e senha. As permissões dos usuários, poderão ser definidas pelo administrador do site. 3 - Cenários Serão construídas as páginas que comportarão os cenários simulados no estudo e seus impactos. Estas páginas possuirão: caixas de texto com um resumo das principais considerações de cada cenário, efeitos de animação para ilustrar os cenários simulados e botões que permitirão o download dos dados utilizados nas simulações. 4 - Ferramenta de simulação de emissões por parte do usuário Na última etapa do projeto, os usuários poderão realizar consultas de trajetos, utilizando as alternativas de modais. A partir das conclusões do estudo, as restrições dadas às possíveis localizações dos modais e a definição dos seus trajetos permitidos, serão calculadas as trajetórias ideais e a pegada ecológica proveniente de cada uma das opções disponibilizadas. O trajeto será definido pelo usuário por meio de um formulário, no qual serão definidos o ponto de partida e o destino. Esses dados serão utilizados para realizar consultas a API do Google Maps. Esta consulta retornará a resposta dos diferentes trajetos possíveis de acordo com os modais de transporte existentes na região com dados de quilometragem e tempo das trajetórias ótimas propostas ao usuário. Como os modais sustentáveis ainda não foram implantados, seus dados serão calculados através de proxys a partir dos modais existentes. O cálculo de benefícios ambientais do deslocamento do usuário será efetuado com base em dados da quilometragem percorrida. As simulações de diminuição de emissões vão comparar modais tradicionais (ônibus diesel e automóvel com motor a combustão) com modais sustentáveis. Os dados das trajetórias, da quilometragem percorrida e do tempo utilizado pelo deslocamento do usuário no momento da consulta serão importados por meio da ferramenta Directions Advanced do Google Maps. Bibliografia: International Energy Agency (2019). Disponível em: <https://www.iea.org/>. MEA - Millennium Ecosystem Assessment (2005). Disponível em <https://sustainability.psu.edu>. PEARCE, D. (1993). Blueprint 3: Measuring Sustainable Development. London: Earthscan. MOTTA, R. S. (1998) Manual de Valoração Econômica

Resultados

Os resultados do projeto serão apresentados em quatro relatórios, a plataforma digital e um workshop de divulgação. Produto 1: Relatório da Fase 1, no qual serão apresentados: i) Estudo das melhores práticas relacionadas a mobilidade de baixo carbono e compartilhada adotadas pelo mundo; ii) Infográficos com estas melhores práticas, sendo um Guia de Fontes para dados relacionados a implementação destas soluções. iii) Disponibilização das informações provenientes da revisão de literatura no formato de mapa interativo e páginas individuais com conteúdo dos países revisados para alimentar plataforma digital. Produto 2: Relatório da Fase 2, no qual serão apresentados: i) Estudo das soluções de mobilidade sustentável mais adequadas a Niterói, considerando as características da cidade e o Plano Estratégico “Niterói que queremos”; ii) Cenários de implementação destas soluções adequadas a cidade, considerando diferentes modelos de negócio e modelos regulatórios. iii) Metodologia de valoração ambiental associada a mobilidade de baixo carbono iv) Adição de página de publicações à plataforma digital, com a possibilidade de restringir o acesso de parte do conteúdo a policy makers autenticados. Produto 3: Relatório da Fase 3, no qual serão apresentados: i) Estudos de viabilidade técnica e econômica destes modelos de negócio sustentáveis feitos com cenários de implementação de ônibus elétricos, car sharing, bicicletas e patinetes elétricos compartilhados. ii) Estudo dos impactos ambientais, a partir de uma calculadora de emissões de carbono evitadas nos diferentes cenários. iii) Estudo da valoração do benefício ambiental da mobilidade de baixo carbono nos diferentes cenários. iv) Adição da página de cenários à plataforma digital. Esta trará de forma ilustrativa o resumo dos impactos previstos de acordo com as políticas simuladas no estudo proposto. Produto 4: Relatório Final, Plataforma Digital e Workshop i) Plataforma digital intitulada “Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói” que trará soluções de mobilidade de baixo carbono e compartilhada; ii) Relatório consolidando os estudos anteriores e os resultados apresentados na plataforma digital; iii) Workshop para apresentação da Plataforma Digital a Prefeitura, empresas e a comunidade acadêmica. iv) Finalização do webapp com a adição de ferramenta que possibilitará os usuários a realizarem simulações de trajetos e impactos utilizando todos os modais existentes ou propostos nesta pesquisa dentro do percurso pesquisado.

Descrição da Metodologia e Critérios para a Seleção de Bolsistas

A equipe de trabalho é formada por professores e alunos que participam de dois grupos de pesquisa da Faculdade de Economia da UFF, Nimas e NIETI. Esses dois grupos contam com pesquisadores que estão desenvolvendo pesquisa nos temas abordados. No caso de alunos de doutorado e graduação, esses serão os temas de seus trabalhos de conclusão. Essa equipe participou da elaboração da proposta. Assim, o critério principal de seleção é o conhecimento nos temas do projeto de pesquisa.

Integrantes

Nome	Email	CPF	Matrícula ou SIAPE	Tipo
MATEUS COSTA CORREA	mateuscostacorrea@id.uff.br	172.001.857-01	118095013	Discente
VINICIUS LIMA DIAS	viniciusdias@id.uff.br	144.740.607-92	216004171	Discente
Mônica Apolinário Teixeira	mmateixeira@yahoo.com.br	104.719.837-13	DO24.118.010	Discente
Edmar Luiz Fagundes de Almeida	edmar@ie.ufrj.br	568.076.356-72	1361018	Professor(a)
Rodrigo da Silva Batista	rbatista@id.uff.br	013.169.994-67	2045620	Técnico Administrativo
Ana Carolina Ramos Cordeiro	carolracor@hotmail.com	134.566.977-16	D024.119.004	Discente
Niágara Rodrigues da Silva	niagararodrigues@gmail.com	020.938.835-89	1694674	Professor(a)
Claude Adélia Moema Jeanne Cohen	claudcohen@id.uff.br	943.945.807-06	1478140	Vice-coordenador(a)

Nome	Email	CPF	Matrícula ou SIAPE	Tipo
Luciano Losekann	lucianolosekann@id.uff.br	047.660.337-44	01511403	Coordenador(a)
Manoel Tabet Soriano	manoelt@msn.com	123.555.737-51	D024113008	Pós-Doutorando

Discriminação da Despesa a ser Executada

Bolsas - Docentes e Técnicos Administrativos - Decreto 7.423/2010, capítulo III

Nome	Atividade Desenvolvida	Mat. SIAPE	Lotação	Regime de Trabalho	Valor Total
Rodrigo da Silva Batista	Técnico Administrativo	2045620	Faculdade de Economia	40 horas DE	R\$ 19.200,00
Luciano Losekann	Coordenação	01511403	Departamento de Economia	40 horas DE	R\$ 36.000,00
Total					R\$ 55.200,00

Bolsas - Discentes - Decreto 7.423/2010, Capítulo III

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total
Ana Carolina Ramos Cordeiro	134.566.977-16	Pesquisadora	Doutorado em Economia	doutorado	1500	R\$ 57.600,00
Mônica Apolinário Teixeira	104.719.837-13	Pesquisadora	Doutorado em Economia	doutorado	1500	R\$ 57.600,00
VINICIUS LIMA DIAS	144.740.607-92	Bolsista graduação	Ciências Econômicas	graduacao	3000	R\$ 10.800,00
MATEUS COSTA CORREA	172.001.857-01	Bolsista graduação	Ciência Ambiental	graduacao	3000	R\$ 10.800,00
Manoel Tabet Soriano	123.555.737-51	Bolsista Pos doc. O pesquisador foi inserido com sua matrícula no doutorado que já foi concluído. Não há opção de pesquisador pos doc	Doutorado em Economia	doutorado	1500	R\$ 50.400,00
Total						R\$ 187.200,00

Diárias - Civil

Nenhum

Materiais de Consumo

Discriminação	Justificativa	Valor Total
Material de expediente - 5 Caixas com 10 resmas de 500 FOHAS PAPEL A4 OFFICE RESMA COM 500 FOLHAS	Papel para impressão de relatórios, material de reuniões e leitura	R\$ 934,95
Material de informática - 5 kits de tinta para impressora e 2 kits teclado e mouse sem fio	Alimentação da impressora durante o período de pesquisa e kits de teclado e mouse para utilizar os Desktops	R\$ 1.670,00
Total		R\$ 2.604,95

Passagens e Despesas com Locomoção

Nenhum

Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Nenhum

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Entidade	CNPJ	Discriminação dos Serviços	Justificativa	Valor
À definir	À definir	Tradutor	Tradução de artigo para publicação em revista internacional	R\$ 3.000,00
À definir	À definir	Assessoria de Comunicação	Divulgação da plataforma para multiplicar acessos e do workshop final	R\$ 7.200,00
À definir	À definir	Organização de eventos	Organização e fornecimento de material para o Workshop final	R\$ 2.200,00
À definir	À definir	software (stata SE)	Pacote de estatística e econometria para desenvolvimento de cenários e previsões	R\$ 8.000,00
À definir	À definir	Software da plataforma digital (programação e manutenção inicial)	Contratação de empresa de desenvolvimento e manutenção do software que será utilizado na plataforma digital, produto final do projeto	R\$ 49.300,00
Total				R\$ 69.700,00

Informações

A Efetivação da contratação de pessoas jurídicas pela Fundação de Apoio obedecerá ao disposto no Decreto 8.241/13

Equipamento e Material Permanente

Discriminação	Justificativa	Valor Total
2 desktop	Computadores para utilização na sala de pesquisa. Esses computadores serão adicionados aos já existentes na sala de pesquisa. É importante contar com computadores atualizados para um bom desempenho dos softwares utilizados.	R\$ 6.000,00
Impressora tanque de tinta	Imprimir relatórios, material de reunião e de consulta. Hoje a sala de pesquisa não conta com impressora. A impressora de uso comum da Faculdade tem uso prioritário para docência e frequentemente não está disponível.	R\$ 1.599,00
1 Smart TV LED 55"	Equipar sala de reuniões do grupo de pesquisa, possibilitando a projeção de apresentações em reuniões de trabalho. Consideramos que a TV propicia melhor resultado para esse fim que um projetor. Os projetores da faculdade têm uso prioritário para docência e, frequentemente, não estão disponíveis.	R\$ 3.000,00
1 Mac Book 13	Computador laptop que será utilizado pela equipe. Como parte do trabalho será remoto, o laptop é mais apropriado. A marca Apple é justificada pelo seu melhor desempenho gráfico, uma vez que será desenvolvida plataforma web. Os softwares que dispomos para esse fim rodam em MAC OS. A opção por aluguel custaria R\$ 400/mês, ou R\$ 9.600 durante todo período de pesquisa, ficando mais vantajosa a aquisição. Consideramos que esse equipamento é fundamental para as características do projeto e não contamos com essa configuração em nossa sala de pesquisa atualmente.	R\$ 6.000,00
2 laptop - 14 polegadas processador i7 SSD	Computador laptop que será utilizado pela equipe. Como parte do trabalho será remoto, o laptop é mais apropriado. A especificação (i7 ssd) permite utilizar os softwares de forma rápida. A opção por aluguel custaria R\$ 360/mês, ou R\$ 8.640 durante todo período de pesquisa, ficando mais vantajosa a aquisição. É importante contar com computadores atualizados para um bom desempenho dos softwares utilizados.	R\$ 10.000,00
2 No Break	Utilização em 2 desktops na sala de pesquisa para evitar danos e interrupções por queda de luz. Essas são relativamente frequentes no Campus do Gragoatá.	R\$ 1.400,00
Total		R\$ 27.999,00

Aplicação de Recursos

Despesas

Código	Descrição	Percentual	Total
33.90.14	Diárias - Civil	0.0%	R\$ 0,00
33.90.18	Bolsa	64.71%	R\$ 242.400,00
33.90.30	Material de Consumo	0.7%	R\$ 2.604,95
33.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	0.0%	R\$ 0,00
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.0%	R\$ 0,00
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.61%	R\$ 69.700,00
33.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0.0%	R\$ 0,00
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	7.47%	R\$ 27.999,00
Total da Despesa Prevista		91.49%	R\$ 342.703,95

Despesa Operacional e Administrativa (DOA)

	% DOA sobre a despesa prevista	Valor (R\$)
Despesa Operacional e Administrativa (DOA)	9.3 %	31.871,47
Total do Orçamento		374.575,42

Cronograma de Desembolso

Descrição | Arrecadação FEC com recursos provenientes de Convênio com a Prefeitura de Niterói

Receita prevista | R\$ 374.575,42

Mês	2020	2021	2022
JANEIRO	-	R\$ 11.804,40	R\$ 11.804,40
FEVEREIRO	-	R\$ 11.804,40	R\$ 11.804,40
MARÇO	-	R\$ 65.689,30	R\$ 8.744,00
ABRIL	-	R\$ 11.804,40	R\$ 8.744,00
MAIO	-	R\$ 11.804,40	R\$ 8.744,00
JUNHO	-	R\$ 11.804,40	R\$ 8.744,00
JULHO	-	R\$ 11.804,40	R\$ 14.427,60
AGOSTO	-	R\$ 18.346,01	R\$ 8.744,00
SETEMBRO	R\$ 47.456,91	R\$ 13.771,80	-
OUTUBRO	R\$ 11.804,40	R\$ 13.771,80	-
NOVEMBRO	R\$ 11.804,40	R\$ 13.771,80	-
DEZEMBRO	R\$ 11.804,40	R\$ 13.771,80	-

Cronograma de Execução

Etapas do Projeto

Descrição	Início	Término
Elaboração do Relatório Final	01/07/2022	31/08/2022
Workshop de lançamento da plataforma	01/08/2022	31/08/2022
Elaboração de artigos científicos	01/03/2022	31/07/2022
Atualização e finalização da Plataforma on-line “Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói”	01/03/2022	30/06/2022
Elaboração do 3º Relatório sobre a viabilidade técnica e econômica das soluções sustentáveis, emissão de CO2 evitada e valoração do benefício ambiental	01/12/2021	28/02/2022
Atualização da plataforma “Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói”	01/09/2021	28/02/2022
Cálculo da valoração do benefício ambiental da mobilidade de baixo carbono	01/12/2021	28/02/2022
Cálculo das emissões evitadas	01/12/2021	28/02/2022
Exercícios de viabilidade técnica e econômica dos cenários	01/09/2021	31/12/2021
Elaboração do 2º Relatório sobre as soluções sustentáveis para Niterói (RJ)	01/07/2021	31/08/2021
Desenvolvimento da metodologia de valoração do benefício ambiental associada a mobilidade de baixo carbono	01/06/2021	31/08/2021
Criação de cenários de implementação das propostas selecionadas	01/06/2021	31/08/2021
Elaboração da Plataforma intitulada "Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói"	01/03/2021	31/08/2021
Identificação das alternativas mais adequadas a cidade de Niterói	01/03/2021	31/05/2021
Elaboração do 1º Relatório sobre as melhores práticas de mobilidade limpa e compartilhada no mundo	01/01/2021	28/02/2021
Elaboração de Infográficos para Guia de Fontes	01/12/2020	28/02/2021
Levantamento das melhores práticas internacionais de mobilidade sustentável	01/09/2020	31/12/2020

Metas do Projeto

Especificação	Indicador de Medida	Quantidade
Plataforma Digital "Observatório da Mobilidade Sustentável em Niterói"	Plataforma	1
Relatórios parciais	relatório	3
Congressos Nacionais e Internacionais (on line)	apresentações	3
Relatório final	relatório	1
Workshop de Divulgação da Plataforma	evento	1

Assinatura Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por Luciano Losekann, em 2020-09-23 18:43:52 -0300, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal da Fundação Euclides da Cunha através do link

https://sistemas.somosfec.org.br/pdpa/externo/planos_trabalhos/validar.

CHAVE: f42d.6cab.fb0c.a52f.c80c.03f1.bdc1.ea25

Plano de Trabalho do Projeto 6

Dados Cadastrais

Título do Projeto	Mapeamento geohistórico do mercado imobiliário de Niterói: uma nova ferramenta para a gestão pública do solo urbano
Departamento	Departamento de Geografia
Valor autorizado	R\$ 368.502,91
Tipo de Projeto	Pesquisa

Período de Execução

Tempo de Execução (em meses)	24		
Início da Execução	01/09/2020	Fim da Execução	31/08/2022

Coordenador

Nome	Daniel de Mello Sanfelici		
Email	danielsanfelici@gmail.com		
Siape	2263393	CPF	007.872.040-05

Vice-coordenador

Nome	Fernanda Furtado de Oliveira e Silva		
Email	ffurtado@id.uff.br		
Siape	1359245	CPF	592.432.527-04

Unidade

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Secretaria

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade - SMU

Participes

Universidade Federal Fluminense - 28.523.215/0001-06

Endereço | Rua Miguel de Frias, n 9 - Icaraí - Niterói - RJ - 24.220-900

Telefone | 2126295000

Fundação Euclides da Cunha - 03.438.229/0001-09

Endereço | Rua Miguel de Frias, n 123, parte - Icaraí - Niterói - RJ - 24.220-001

Telefone | 2121091664

Prefeitura Municipal de Niterói - 28.521.748/0001-59

Endereço | Rua Visconde de Sepetiba, n 987 - Centro - Niterói - RJ - 24.220-001

Telefone | 2126200403

Descrição do Projeto

Introdução/Contextualização

O presente projeto tem por objetivo central construir uma cartografia geohistórica vetorial do mercado imobiliário de Niterói, a fim de proporcionar instrumentos de análise da evolução da ocupação do espaço da cidade e, assim, estimular a formulação de políticas públicas que permitam racionalizar o uso do solo urbano e reduzir as desigualdades socioterritoriais no município. Esta iniciativa de pesquisa se coaduna com os desafios prioritários estabelecidos na Área de Resultado "Niterói Inclusiva" do planejamento estratégico Niterói Que Queremos (NQQ), bem como com o princípio de urbanização inclusiva do sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030 ("Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis"). A literatura nos campos de estudos urbanos, geografia econômica e desenvolvimento regional tem chamado a atenção, cada vez mais, para a proeminência adquirida pelas aglomerações urbanas na estruturação e dinamismo da economia global (Scott, 2014; Storper, 2013). Em uma economia cada vez mais impulsionada pela inovação e articulada por redes de produção que extravasam os limites das fronteiras nacionais (Courlet & Pecqueur, 2013), as metrópoles têm conseguido tirar proveito das externalidades geradas pela aglomeração territorial para se posicionar de forma mais competitiva na divisão internacional do trabalho, concentrando as funções de maior densidade tecnológica, os serviços avançados e as atividades de comando das empresas transnacionais. Às já conhecidas vantagens obtidas com o compartilhamento de infraestruturas de alto custo e com a proximidade dos elos das cadeias produtivas (Storper; Scott, 2003), somam-se as vantagens atreladas ao compartilhamento de conhecimentos ditos tácitos (Gertler, 2003), fundamentais para encorajar a inovação tecnológica e organizacional. Reconhece-se, porém, que para a cidade desempenhar adequadamente as suas funções, melhor se inserindo nas cadeias produtivas globais, e propiciar as condições para o desenvolvimento social e econômico, é imprescindível a atuação do poder público visando ao ordenamento adequado do uso e ocupação do solo urbano. As cidades não são apenas espaços onde se justapõem, de forma inerte, pessoas, objetos e organizações, mas são "densos sistemas polarizados ou multipolarizados de localizações e usos do solo inter-relacionados" (Scott, 2014, p. 11), produzindo o que Allen J. Scott denominou uma "nexo do solo urbano" (urban land nexus). A organização do espaço urbano é mediada pelo funcionamento do mercado de terras, que, através do mercado imobiliário, condiciona, na forma de preços (renda), a maior ou menor acessibilidade aos polos de emprego e serviços da cidade — de modo que os proprietários dos terrenos e imóveis em localidades mais próximas aos polos gravitacionais da cidade estão, por essa razão, aptos a auferir rendas diferenciais para permitir o acesso de empresas e famílias ao solo urbano nessas localidades. Na ausência de políticas de regulação do uso do solo e de diretrizes para a expansão da ocupação urbana, porém, o funcionamento do mercado de terras tende a gerar inúmeras externalidades negativas, como adensamento excessivo em certos pontos, o espraiamento do tecido urbano para áreas distantes e mal servidas de infraestrutura básica, a segregação socioespacial e os maiores custos (ambientais e monetários) de deslocamento diário para estratos sociais de menor renda. Além disso, a dinâmica imobiliária desregulada distribui desigualmente a valorização fundiária que resulta desses processos, sem o adequado aproveitamento dos recursos gerados para fazer face aos necessários investimentos urbanos, seja para o aprimoramento das condições nas áreas mais dotadas, como no atendimento das áreas menos assistidas. Por essa razão, entende-se que políticas bem desenhadas de ordenamento da expansão territorial e do adensamento urbano — incluindo desde a regulação da conversão de solo rural em urbano até a definição dos direitos de construir, dos parâmetros de verticalização e das formas de uso do solo — são imprescindíveis para o desenvolvimento urbano sustentável. O caso brasileiro ilustra muito bem alguns dos problemas do planejamento inadequado ou insuficiente da expansão urbana, e muitos no campo interdisciplinar dos estudos urbanos se dedicaram a analisar as repercussões das políticas urbanas recentes sobre o ordenamento territorial das cidades brasileiras (Ferreira, 2012; Amore et al, 2015). Nos últimos anos, as políticas habitacionais de incentivo e subsídio ao crédito imobiliário, elaboradas em nível federal e pouco integradas com planos de ordenamento do solo urbano em nível municipal, resultaram em uma expansão da ocupação urbana em direção às franjas do tecido urbanizado, em particular nos projetos financiados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Ferreira, 2012; Cardoso, 2013). Isso ocorreu porque a maior disponibilidade de crédito encareceu o solo urbano nas áreas mais centrais a partir de 2009, incentivando as incorporadoras imobiliárias a ofertarem empreendimentos cada vez mais distantes das áreas centrais. A falta de políticas de incentivo ao adensamento ordenado em áreas de maior acessibilidade e melhor infraestrutura, combinada aos subsídios oferecidos à compra de veículos particulares, gerou sérios problemas de inserção territorial dos projetos e de mobilidade urbana, sobretudo no que se refere aos estratos de menor renda.

Todas essas políticas públicas e os seus problemas ganharam evidência com os protestos coletivos de junho de 2013, incentivando pesquisadores e formuladores de políticas públicas a repensarem o modelo de desenvolvimento urbano escolhido pelo país (Bonduki, 2011; Rolnik & Klink, 2011). O projeto busca, assim, contribuir para esse conjunto de investigações e debates dirigindo atenção para o ambiente construído urbano no município de Niterói e para as políticas públicas que lhe são atinentes. O projeto tem duas dimensões complementares, que exigirão procedimentos de pesquisa distintos: de uma parte, objetiva-se reconstituir, com este olhar específico, a evolução histórica da ocupação e do adensamento do espaço urbano de Niterói, com base em documentos históricos, em pesquisas anteriores e em levantamentos de dados seriais (valores de mercado amostrais com base em documentação cartorial e ITBI). Entende-se que a compreensão das forças que dirigiram a ocupação do solo urbano da cidade pode aportar lições para se pensar em políticas públicas para a cidade na atualidade. A outra dimensão da pesquisa repousa na proposição de políticas públicas que permitam racionalizar o uso do solo urbano e reduzir as desigualdades socioterritoriais no município. Trata-se de explorar as possibilidades à disposição do poder público, via Estatuto da Cidade, e em consonância com os princípios definidos na Nova Agenda Urbana, para implementar políticas que otimizem o aproveitamento do solo urbano nas áreas que dispõem de melhor infraestrutura, atentando, ao mesmo tempo, para a necessidade de ampliar o acesso ao solo urbano para os grupos sociais mais vulneráveis e para a criação de mecanismos de quantificação, apropriação e redistribuição da mais-valia fundiária. Essa segunda dimensão da pesquisa envolverá a análise da legislação urbana federal e seus possíveis rebatimentos na normativa municipal, bem como a observação de experiências de políticas urbanas bem-sucedidas em outras cidades no Brasil e na América Latina (Smolka & Furtado, 2014), a fim de subsidiar propostas para o município. Ressalte-se que, em todas as suas etapas, o projeto pretende gerar, como resultado principal, um conjunto de produtos cartográficos representativos dos processos analisados, visando subsidiar a elaboração de políticas públicas e tomada de decisão pelo poder público municipal.

Identificação do Objeto

Para a sua plena realização nas duas dimensões que se propõe a cumprir (compreender o uso do solo urbano em Niterói e estimular a formulação de políticas públicas indutoras à sua utilização ótima), este projeto centra seus esforços de pesquisa na confecção de uma cartografia municipal inédita no Brasil contemporâneo: um conjunto de mapas geohistóricos a ilustrar a evolução da ocupação e adensamento do solo urbano, os valores venais e de mercado dos imóveis da cidade, bem como suas respectivas variações no tempo. Uma vez realizada, essa cartografia pode ser incorporada ao Sistema de Gestão de Geoinformação (SIGEO) da Prefeitura e tem o potencial de se tornar um instrumento autogerenciável permanente para formulação e publicização de políticas públicas baseadas em evidências para o uso do solo urbano do município. Para a construção dos mapas, a equipe interdisciplinar deste projeto utilizará os arquivos vetoriais geoespaciais (ESRI shapefiles) da cidade de Niterói, atualmente custodiados na Secretaria de Urbanismo e Mobilidade de Niterói. Como se sabe, os chamados “shapefiles” permitem converter dados diversos – como posição do imóvel na malha urbana, seus atributos físicos e seus valores de mercado – em um único dado visual facilmente compreensível pelo usuário. Destaque-se, em particular, que um mapa vetorial do mercado imobiliário de Niterói, um dos produtos a serem gerados, traria enormes benefícios à gestão pública do município. Por sua capacidade de sistematizar dados do contrário esparsos, o mapa permite identificar as áreas de variação dos valores dos terrenos de maneira mais precisa que a subdivisão do município em bairros e distritos, bem como diagnosticar os mecanismos de precificação do mercado imobiliário e suas relações com a dinâmica geral do mercado imobiliário da cidade. Com isso, o mapa geohistórico vetorial de Niterói possibilita a formulação de políticas públicas indutoras ao uso relativamente mais racional do solo urbano. Finalmente, por seu didatismo, o mapa pode fornecer material para divulgação de políticas públicas municipais destinadas à gestão espacial da cidade. Os dados a serem usados na alimentação do mapa geohistórico vetorial de Niterói serão retirados dos contratos de compra e venda constantes dos cartórios que cumprem a função de tabelionato de notas na cidade. Devido ao volume monumental da documentação, este projeto prevê o levantamento dos valores das operações do mercado imobiliário de Niterói por amostragem estatística. Controle de cotas amostrais por ano, tipo de lote e bairro permitirão a construção de séries temporais e demais tratamentos estatísticos, capazes de prover ao gestor público um poderoso mapa de correlações sobre os vetores de indução do desenvolvimento fundiário no município de Niterói ao longo das últimas décadas. Os dados brutos, em formato aberto e público, serão compilados no website do projeto, acompanhados dos respectivos mapas produzidos em QGIS. Mapas coropléticos com taxas de variação de valor venal e do valor estimado de mercado, estratificados por recortes temporais, proverão ao gestor público um inédito instrumento de compreensão das dinâmicas de valorização fundiária no município de Niterói. Tais mapas, sobrepostos ao histórico de eventos de planejamento urbano e territorial – tais como operações urbanas e alterações na lei de uso e ocupação do solo – fornecerão ainda uma poderosa demonstração gráfica a respeito do caráter de desenvolvimento fundiário efetivamente induzido a partir de cada intervenção do poder público, permitindo, assim, ajustes e aperfeiçoamentos em intervenções futuras.

Justificativa da Proposição

O município de Niterói figura hoje entre aqueles com melhores índices de qualidade de vida (IDH) do país e possui um PIB per capita elevado em termos comparativos. Além disso, a cidade abriga instituições culturais e de ensino de prestígio, atividades econômicas importantes para o estado do Rio de Janeiro e obtém recursos oriundos da exploração do petróleo na costa do estado, o que eleva a sua arrecadação per capita. Apesar desses índices positivos, o município convive com problemas comuns a muitas cidades médias e grandes do país: espraiamento do tecido urbano para áreas pouco servidas de infraestrutura; ociosidade ou subutilização de imóveis em regiões bem equipadas de infraestrutura; congestionamento excessivo; urbanização precária em assentamentos informais. Por estar situada em região metropolitana, sua dinâmica não pode ser dissociada do que ocorre na totalidade da metrópole. Muitos dos moradores da cidade trabalham na capital do Estado, demandando infraestrutura de transporte e rodoviária para interligar os municípios. A cidade também serve de ponto de transbordo para moradores do leste metropolitano (São Gonçalo, Itaboraí etc) que se deslocam diariamente em direção à capital do estado. Em que pese, portanto, ser um município mais bem dotado de recursos que a maior parte dos demais municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Niterói exhibe muitos problemas de ordenamento territorial que podem ser mitigados a partir de um melhor diagnóstico do seu processo de urbanização e da aplicação de instrumentos urbanísticos que permitam estimular o melhor aproveitamento do solo e enfrentar as desigualdades socioespaciais. É, hoje, de amplo reconhecimento que, se bem executado, o adensamento combinado com a mescla de usos do solo permite solucionar problemas coletivos, como o congestionamento e a poluição, mitigando as desigualdades socioespaciais. Esse projeto, portanto, parte de uma reconstituição histórica e de um diagnóstico do uso do solo urbano no município de Niterói na atualidade para, em uma segunda etapa, propor um conjunto de políticas públicas que possam otimizar o ordenamento territorial do município e reduzir as desigualdades socioterritoriais na escala local. Contando com uma equipe interdisciplinar dos departamentos de Geografia, Urbanismo, História e Ciência Política da UFF, o projeto reúne diferentes visões e experiências para pensar as alternativas ao município no sentido de: (1) potencializar o adensamento em áreas da cidade já bem servidas de infraestrutura (sobretudo de transporte) ou com projetos já elaborados ou em andamento pela prefeitura, através do uso de instrumentos de gestão da valorização do solo e outros instrumentos tributários, jurídicos e urbanísticos, sempre observando limites adequados para evitar problemas de adensamento excessivo, assim como favorecendo usos do solo mistos e integração com as redes de transporte; (2) introduzir iniciativas de arrecadação e redistribuição de recursos que permitam financiar investimentos públicos em urbanização/melhoramentos e em instalação de equipamentos comuns, sobretudo em áreas mais desprovidas (como aglomerados informais) e áreas de interesse estratégico para a economia do município.

Objetivos e Escopo

O objetivo principal da pesquisa é investigar a evolução histórica da expansão urbana de Niterói e as transformações dos usos do solo, a fim de oferecer um conjunto de propostas de instrumentos urbanísticos e tributários a serem utilizados para racionalizar o uso do solo na cidade e mitigar as desigualdades socioespaciais. A esse objetivo principal atrelam-se os seguintes objetivos específicos: 1. Analisar as principais tendências de expansão da ocupação urbana no município de Niterói ao longo do século XX; 2. Construir um banco de dados com a evolução dos preços imobiliários na cidade ao longo do tempo, discriminado por localidade e perfil tipológico do imóvel; 3. Produzir cartografia temática representando a expansão da ocupação urbana ao longo do tempo, a evolução dos preços do solo urbano nas diferentes regiões administrativas da cidade e as áreas propícias para intervenção do poder público;; 4. Examinar alternativas de políticas públicas para otimização do uso do solo urbano a partir da aplicação de instrumentos disponíveis nas legislações urbanísticas brasileiras ou implementados com êxito em cidades de porte e renda semelhantes na América Latina; 5. Analisar oportunidades para aprimorar a tributação sobre a propriedade imobiliária visando ao financiamento de projetos de urbanização e melhoramentos urbanos, bem como a mitigação das desigualdades socioterritoriais;

Metodologia

O projeto de pesquisa envolverá três etapas principais, cada qual exigindo procedimentos metodológicos apropriados, descritos abaixo. A primeira etapa consistirá em uma investigação histórica sobre o processo de expansão e transformação do solo urbano de Niterói ao longo do século XX, chegando até a atualidade. A segunda etapa consistirá na elaboração de um banco de dados sobre a evolução dos preços e tipologias de imóveis (usados e novos) em um recorte temporal de 50 anos (1970-2020), visando compreender as principais transformações no mercado imobiliário da cidade. A terceira e última etapa consistirá na identificação de instrumentos urbanísticos que permitam aprimorar o uso do solo na cidade, favorecendo o adensamento seletivo, a mescla e diálogo de diferentes usos do solo, a integração com as redes de transporte e a contenção do espraiamento urbano. Todas as etapas envolverão a elaboração de material cartográfico apropriado. A primeira etapa da pesquisa envolve, de início, ampla revisão da literatura que investigou a evolução do processo de urbanização em Niterói. Em que pese a história local de Niterói esteja bem narrada do ponto de vista político, cultural e social (Backheuser 1994; Almeida 1996; Azevedo 1997; Ferreira, 1997; Whers, 2002; Luz 2009), ainda resta por fazer uma narrativa histórica que avalie o efeito conjunto das múltiplas transformações materiais, logísticas e institucionais da cidade sobre a composição de seu mercado imobiliário, principalmente nos últimos cinquenta anos (1970-2020). De modo análogo, ao passo que algumas dessas mudanças – como a Ponte Rio-Niterói e a criação do Estado da Guanabara – costumam ser analisadas no contexto da macropolítica e da economia nacional brasileira (como a mudança da capital federal para Brasília e os projetos infraestruturais do II Plano Nacional de Desenvolvimento), praticamente não há estudos sistemáticos acerca de seus impactos na organização socioespacial de Niterói (Colistete e Santos 2009; Castro 1985; Fishlow 1986). Dessa forma, o atual conhecimento histórico sobre Niterói possui uma lacuna importante: as pesquisas que focam no âmbito municipal tendem a subestimar a organização geoespacial da cidade; e os estudos que abordam questões potencialmente significativas para o desenvolvimento econômico do município tendem a priorizar a economia nacional como objeto de análise. Com uma abordagem geohistórica inovadora, o presente projeto preenche essa lacuna abordando mercado imobiliário, infraestrutura, economia e política nacional em um quadro unificado de análise. A segunda etapa exigirá a organização do banco de dados sobre preços e tipologias imobiliários na cidade de Niterói entre 1970 e 2020, discriminados por áreas administrativas. O recorte temporal se justifica pela dificuldade de se obter dados anteriores a essa data, mas poderá ser revisado se a equipe entender que os dados sustentam um recuo maior no tempo. Para obtenção dos dados, a pesquisa recorrerá, inicialmente, à amostragem a partir de anúncios de jornais em anos selecionados e com preços corrigidos para inflação, triangulando, em seguida, os dados da amostragem com consultas a cartórios para obtenção de registros de transações imobiliárias e guias de ITBI municipal (ver Melazzo, 1993; Furtado, 1993). Com os dados organizados e padronizados em um banco de dados, pretende-se elaborar material cartográfico para retratar a dinâmica espacial dos preços imobiliários na cidade, identificando as regiões onde há maior pressão para o adensamento e relacionando-as com as principais infraestruturas de transporte e equipamentos culturais e de serviços da cidade. A etapa da coleta de dados demandará a participação de bolsistas de Iniciação Científica, pesquisadores em nível de mestrado e um pós-doutor. A análise dos dados coligidos será acompanhada de ampla revisão da bibliografia sobre a dinâmica imobiliária urbana, abordando temáticas como rendas diferenciais, promoção imobiliária, ciclos imobiliários, centralidades urbanas etc. A partir do amplo diagnóstico da urbanização em Niterói — seus eixos principais de crescimento, a dinâmica do preço do solo, a evolução das tipologias e dos padrões de adensamento, a integração das principais áreas ocupadas com o sistema de transportes — realizado nas primeiras duas primeiras etapas, a terceira e última etapa exigirá ampla análise e sistematização de instrumentos de intervenção urbanística (como, por exemplo, mecanismos de captura de mais-valias urbanas) e de oportunidades para o aprimoramento da tributação sobre a propriedade imobiliária (como a eventual implementação do IPTU progressivo) a fim de subsidiar políticas urbanas em Niterói que contribuam para otimizar o uso do solo urbano e mitigar as desigualdades socioterritoriais no município. Essa análise requer, previamente, (1) extensa revisão e sistematização da legislação urbanística brasileira, com especial atenção para o Estatuto da Cidade, por um lado, e por outro lado as normativas urbanísticas municipais pertinentes e o novo Plano Diretor da cidade de Niterói; (2) análise comparativa de experiências bem-sucedidas com o uso de instrumentos de recuperação de mais-valias urbanas, IPTU progressivo, zoneamento misto e outros instrumentos de política urbana, incluindo experiências relevantes como as da Colômbia (Maldonado et. al, 2006), visando subsidiar propostas para a implementação na cidade de Niterói; (3) elaboração de material cartográfico identificando áreas propícias à intervenção de políticas urbanas, como regiões de interesse para o adensamento, investimentos em urbanização de assentamentos precários, melhoria na integração de diferentes regiões com as redes de transporte, etc; (4) elaboração de um relatório de síntese, a ser divulgado para gestores públicos, consolidando propostas para a política urbana de Niterói e estimando os impactos da introdução do IPTU progressivo no município.

Resultados

A investigação aqui proposta espera, de uma parte, enriquecer a literatura da historiografia urbana com um estudo da evolução urbana da cidade de Niterói no longo prazo, atentando para as forças que impeliram o crescimento da cidade, os seus eixos principais de expansão, as políticas e legislações que balizaram seu crescimento e a evolução dos preços do solo urbano; de outra parte, espera-se subsidiar políticas públicas municipais com uma análise das possibilidades de uso de instrumentos urbanísticos e tributários para o aprimoramento do uso do solo urbano e do acesso dos grupos mais vulneráveis aos equipamentos e infraestruturas urbanas. Em consonância com a Nova Agenda Urbana, o presente projeto visa prover ao município ferramentas para o desenvolvimento de planos estratégicos urbanos baseados em evidências, fomentando o uso de bases abertas que se coadunam com a garantia de processos de planejamento transparentes, colaborativos e participativos, provendo um poderoso instrumento para assegurar o acesso equitativo aos bens públicos e aos serviços urbanos, mediante uma gestão urbana e territorial coerente e coordenada, e objetivando um desenho espacial urbano compacto, conectado, integrado, seguro e inclusivo. Para o município de Niterói, espera-se, portanto, que o presente projeto: - forneça capacidade técnica e ferramentas adequadas para o reconhecimento, processamento e análise de dados necessários ao desenvolvimento de projeções de médio e longo prazos, com desagregação geográfica detalhada, provendo evidências sobre os padrões de constituição da ocupação do solo; - permita a incorporação no

planejamento urbano de um enfoque de análise integral, no qual as projeções considerem as dinâmicas demográficas juntamente com os padrões sociais, econômicos, ambientais, espaciais e territoriais; - forneça um enfoque espacial que identifique áreas estratégicas para o desenvolvimento, para a revitalização e para a requalificação urbanas; - capacite a gestão pública para a identificação das dinâmicas estruturais de valorização fundiária no município, permitindo-lhe se antecipar no desenho de mecanismos de apropriação e redistribuição das mais-valias fundiárias, essenciais para a construção de uma distribuição socioespacial menos desigual; - e, em diálogo com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão de Niterói, possa prover os fundamentos da modelagem a ser incorporada ao Sistema de Gestão de Geoinformação (SIGEO) da Prefeitura. De modo mais amplo, espera-se que o projeto contribua igualmente para: - Fortalecer as linhas de pesquisa e programas de pós-graduação dos pesquisadores envolvidos com a pesquisa; - Orientar alunos de graduação e pós-graduação diretamente no âmbito do projeto ou em pesquisas articuladas aos objetivos do projeto, incentivando a coorientação por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação diferentes; - Ampliar o diálogo com formuladores de políticas públicas e gestores através de reuniões, grupos de trabalho e do compartilhamento dos dados obtidos com a pesquisa; - Oferecer oficinas ou workshops voltadas para a capacitação de gestores públicos; - Manter website do projeto para disponibilizar material audiovisual e cartográfico com resultados parciais da pesquisa, com o objetivo de ampliar a acessibilidade do público mais amplo ao projeto; - Publicar livro em português com coletânea de artigos condensando os resultados principais da pesquisa; - Publicar 2 artigos em revistas nacionais (em português) e 2 artigos internacionais (em língua inglesa e preferencialmente na área de estudos urbanos) com os principais resultados da pesquisa; - Publicar e distribuir, para gestores públicos e formuladores de política pública, relatório-síntese com propostas para políticas públicas urbanas no município de Niterói; - Organizar um seminário com os participantes da pesquisa e convidados externos (acadêmicos e gestores públicos) em torno das temáticas principais investigadas no projeto; Referências bibliográficas ALMEIDA, L. de. Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói & Niterói, poesia e saudade. Niterói: Niterói Livros, 1996. AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. AZEVEDO, M. N. S. Niterói urbano: a construção do espaço da cidade. In: MARTINS, I. de L.; KNAUSS, P. (Org.). Cidade múltipla: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 19-71. BACKHEUSER, E. Minha terra minha vida: Niterói há um século. Niterói: Niterói Livros, 1994. BONDUKI, Nabil. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. Estudos avançados, v. 25, n. 71, p. 23-36, 2011. CARDOSO, Adauto (org.). O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. CASTRO, Antônio Barros. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro: 1985. COURLET, Claude; PECQUEUR, Bernard. L'économie territoriale. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2013. FERREIRA, J. S. Whitaker (Org.). Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: LABHAB - FUPAM, 2012. FERREIRA, M. de M. Niterói Poder: a cidade como centro político. In: MARTINS, I. de L.; KNAUSS, P. (Org.). Cidade múltipla: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 73-100. FISHLOW, Albert. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1986. FURTADO, Fernanda. Urbanização de terras e ocupação do solo urbano: elementos para a análise do processo de crescimento das cidades brasileiras. Estudo de caso: Uberaba, MG, 1972-1990. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: IPPUR, UFRJ, 1993. GERTLER, Meric. Tacit knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there). Journal of economic geography, v. 3, n. 1, p. 75-99, 2003. LUZ, Margareth da. 'Nasce uma Niterói': representações, conflitos e negociações em torno de um projeto Niemeyer. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez. 2009. MALDONADO C., M.M; PINILLA P., J.F; RODRÍGUEZ V., J.F; VALENCIA D., N. Planes parciales, gestión asociada y mecanismos de distribución equitativa de cargas y beneficios en el sistema urbanístico colombiano. Bogotá, Colômbia: Lincoln Institute of Land Policy, 2006. MELAZZO, Everaldo. Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas: o caso de Presidente Prudente/SP. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993 (Dissertação de mestrado). SCOTT, Allen J.. Metrópole ressurgente: economia, sociedade e urbanização em um mundo interconectado. GEOgraphia, 16(32), 8-37, 2014. ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento Econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos estudos CEBRAP, n. 89, p. 89-109, 2011. SANTOS, Fernando Genta; COLISTETE, Renato Perim. Reavaliando o II PND: Uma Abordagem Quantitativa, 2009. SCOTT, Allen J; STORPER, Michael. Regions, globalization, development. Regional studies, v. 37, n. 6-7, p. 579-593, 2003. SMOLKA, M.O; FURTADO, F. (Eds.) Instrumentos notables de políticas de suelo en América Latina. Quito, Equador: Lincoln Institute of Land Policy, 2014. STORPER, Michael. Keys to the city. Princeton/NJ: Princeton University Press, 2013. WEHRS, C. Capítulos da memória niteroiense. Niterói: Niterói Livros, 2002.

Descrição da Metodologia e Critérios para a Seleção de Bolsistas

Trinta dias antes do início do projeto, serão publicados editais de seleção, nas páginas dos Departamentos de Ciência Política, Geografia, História e Arquitetura e Urbanismo, com as seguintes especificações de vagas e prazos de duração: - 4 vagas para alunos de graduação, cada qual com duração de 12 meses, renováveis por mais 12; - 1 vaga para mestrando, com duração de 12 meses, renovável por mais 12; - 1 vaga para pós-doutorado, de 12 meses, renováveis por mais 12; No mês de março de 2021 será publicado um segundo edital, com as seguintes especificações de vagas e prazos: - 2 vagas para mestrandos, com duração de 12 meses, renováveis por mais 6 meses; Os critérios de seleção para os alunos de graduação serão: - ser aluno de graduação com matrícula regular na UFF, preferencialmente nos cursos de História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e Ciências Sociais, tendo já cursado ao menos o primeiro semestre do curso; - demonstrar proficiência no uso de Excel/Calc; - entrevista. Os alunos serão classificados de acordo com a análise do histórico escolar e em função do desempenho na entrevista, que visa avaliar as competências do aluno para auxiliar na coleta e sistematização dos dados sobre o mercado imobiliário, bem como avaliar a proficiência no uso de Excel/Calc. O resultado será publicado nas páginas dos respectivos departamentos, conforme prazos estipulados quando da publicação do edital. Os critérios para seleção dos alunos de programas de mestrado serão: - ser aluno com matrícula regular em programas de mestrado nas seguintes áreas: Ciência Política, História, Urbanismo ou Geografia; - demonstrar conhecimentos de Excel - demonstrar conhecimentos básicos de ArcGIS; - análise de histórico escolar da graduação e do mestrado; - entrevista. Os alunos serão classificados de acordo com a análise do histórico escolar e em função do desempenho na entrevista, que visa avaliar o grau de familiaridade do candidato com os dados do mercado imobiliário que serão analisados, bem como conhecimento básico dos principais instrumentos de política urbana. O resultado será publicado na página de dos programas de pós-graduação mencionados, conforme prazos estipulados quando da publicação do edital. Os critérios de seleção para o pesquisador de pós-doutorado serão: - demonstrar experiência em pesquisa no campo de ordenamento territorial urbano, preferencialmente envolvendo a dinâmica imobiliária; - demonstrar conhecimentos de ArcGIS; - análise de histórico escolar, com ênfase na afinidade temática e qualidade das publicações; - entrevista. Os candidatos serão classificados de acordo com a análise do histórico escolar e em função do desempenho na entrevista. O resultado será publicado na página dos programas de pós-graduação envolvidos nesse projeto, conforme prazos estipulados quando da publicação do edital.

Integrantes

Nome	Email	CPF	Matrícula ou SIAPE	Tipo
Daniel de Mello Sanfelici	danielsanfelici@gmail.com	007.872.040-05	2263393	Coordenador(a)
Tâmis Peixoto Parron	tamisparron@yahoo.com	298.398.488-52	2405078	Professor(a)
Fernanda Furtado de Oliveira e Silva	ffurtado@id.uff.br	592.432.527-04	1359245	Vice-coordenador(a)
Christy Ganzert Gomes Pato	christypato@id.uff.br	163.685.038-31	1481537	Professor(a)
Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho	rubens.moreira.carvalho@gmail.com	078.081.057-08	EXPPD000774	Pós-Doutorando
Pedro Henrique Pereira Leite dos Santos	pedropleite@protonmail.com	151.461.607-67	116003020	Discente
Matheus Butrucci Gomes	matheusbutrucci@hotmail.com	164.979.367-77	217002213	Discente
Mariana Pacheco de Araujo	mparaujo@id.uff.br	170.412.467-01	115026042	Discente
Giovanna Moraes da Costa	giovannacosta@id.uff.br	173.594.697-40	115026042	Discente
Amanda Costa Ferreira	costaamanda@id.uff.br	140.116.587-74	M051.120.003	Discente

Discriminação da Despesa a ser Executada

Bolsas - Docentes e Técnicos Administrativos - Decreto 7.423/2010, capítulo III

Nome	Atividade Desenvolvida	Mat. SIAPE	Lotação	Regime de Trabalho	Valor Total
Daniel de Mello Sanfelici	Coordenação	2263393	GGE	DE	R\$ 36.000,00
Total					R\$ 36.000,00

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total
Pedro Henrique Pereira Leite dos Santos	151.461.607-67	Coleta e sistematização de dados sobre o mercado imobiliário, síntese da legislação urbanística, tarefas de geoprocessamento	Geografia	graduacao	20	R\$ 10.800,00
Matheus Butrucci Gomes	164.979.367-77	Coleta e sistematização de dados sobre o mercado imobiliário, síntese da legislação urbanística, tarefas de geoprocessamento	História	graduacao	20	R\$ 10.800,00
Giovanna Moraes da Costa	173.594.697-40	Coleta e sistematização de dados sobre o mercado imobiliário, síntese da legislação urbanística, tarefas de geoprocessamento	Arquitetura e Urbanismo	graduacao	20	R\$ 10.800,00
Mariana Pacheco de Araujo	170.412.467-01	Coleta e sistematização de dados sobre o mercado imobiliário, síntese da legislação urbanística, tarefas de geoprocessamento	Arquitetura e Urbanismo	graduacao	20	R\$ 10.800,00
À definir	À definir	À definir	À definir	À definir	À definir	R\$ 28.800,00
Amanda Costa Ferreira	140.116.587-74	Pesquisa de mestrado sobre o mercado imobiliário de Niterói. A aluna auxiliária na análise dos dados coletados e da dinâmica imobiliária na cidade.	Mestrado em Urbanismo	mestrado	20	R\$ 38.400,00
À definir	À definir	À definir	À definir	À definir	À definir	R\$ 28.800,00

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total
Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho	078.081.057-08	O pesquisador desempenhará funções relacionadas à interpretação dos dados coletados e análise das dinâmicas imobiliárias na cidade de Niterói. Também compartilhará com os professores o trabalho de coordenação da equipe e deverá contribuir para a publicação dos resultados em artigos e capítulos de livros.	Geografia	pos_doutorado	20	R\$ 67.200,00
Total						R\$ 206.400,00

Diárias - Civil

Nome	CPF	Discriminação	Justificativa	Valor
À definir	À definir	Diárias internacionais (6)	Diárias para convidados estrangeiros para seminário (3 unidades para cada convidado). Justificativa disponível no item Passagens e despesas com Locomoção.	R\$ 9.000,00
À definir	À definir	Diárias nacionais (12)	Diárias para convidados nacionais do seminário (3 diárias para cada convidado). Justificativa disponível no item Passagens e despesas com Locomoção.	R\$ 3.840,00
Total				R\$ 12.840,00

Materiais de Consumo

Discriminação	Justificativa	Valor Total
Tôner para impressora (8 unidades) laserjet monocromática.	Insumo necessário para a impressora laserjet (8 unidades). O modelo do tóner se adequará ao modelo de impressora escolhido, segundo as especificações.	R\$ 1.288,00
Total		R\$ 1.288,00

Passagens e Despesas com Locomoção

Nome	CPF	Itinerário	Justificativa	Valor
À definir	À definir	A definir	02 passagens aéreas internacionais (R\$ 5.000,00 cada) para convidados ao seminário organizado no âmbito do projeto. O seminário internacional tem três objetivos principais: divulgar a pesquisa; submetê-la a um público mais amplo e a especialistas; servir como alavanca para a publicação do livro que integra os resultados do projeto de pesquisa. A presença de convidados internacionais é importante para dar visibilidade ao projeto, cuja metodologia e resultados têm o potencial de serem replicados em outros países, especialmente da América Latina. O projeto prevê, ainda, a organização e publicação de um livro, com o objetivo de disseminar os avanços da pesquisa e trazer ao debate a relevância da organização de dados imobiliários para embasar as políticas territoriais e socioespaciais urbanas. Os convidados ao seminário contribuirão com capítulos para a publicação pretendida, potenciando seu alcance; neste sentido, é também de grande importância contar com a presença de convidados internacionais. É importante ressaltar, por fim, que o evento ocorrerá apenas em 2022, motivo pelo qual esperamos não haver mais restrições causadas pela pandemia. Se, no entanto, as restrições persistirem, poderemos reavaliar a realização do evento no formato presencial e solicitar remanejamento da verba remanescente para outra rubrica.	R\$ 10.000,00
À definir	À definir	A definir	04 passagens aéreas domésticas (R\$ 1.000,00 cada) para convidados ao seminário organizado no âmbito do projeto. O seminário internacional tem três objetivos principais: divulgar a pesquisa; submetê-la a um público mais amplo e a especialistas; servir como alavanca para a publicação do livro que integra os resultados do projeto de pesquisa. O projeto prevê a organização e publicação de um livro, com o objetivo de disseminar os avanços da pesquisa e trazer ao debate a relevância da organização de dados imobiliários para embasar as políticas territoriais e socioespaciais urbanas. Os convidados ao seminário contribuirão com capítulos para a publicação pretendida, potenciando seu alcance. É importante ressaltar, por fim, que o evento ocorrerá apenas em 2022, motivo pelo qual esperamos não haver mais restrições causadas pela pandemia. Se, no entanto, as restrições persistirem, poderemos reavaliar a realização do evento no formato presencial e solicitar remanejamento da verba remanescente para outra rubrica.	R\$ 4.000,00
Total				R\$ 14.000,00

Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Nome	CPF	Discriminação dos Serviços	Justificativa	Valor
À definir	À definir	Despesa com serviço técnico de QGIS	Apoio na construção dos mapas, com auxílio do software QGIS	R\$ 7.083,33
Total				R\$ 7.083,33

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Entidade	CNPJ	Discriminação dos Serviços	Justificativa	Valor
À definir	À definir	Serviço de editoração	Editoração do livro a ser organizado contendo os resultados da pesquisa	R\$ 8.000,00
À definir	À definir	Serviços gráficos	Impressão gráfica do livro a ser organizado contendo os resultados da pesquisa	R\$ 12.000,00
À definir	À definir	Serviços de webdesigner	Construção da página de internet do projeto	R\$ 4.000,00
Total				R\$ 24.000,00

Informações

A Efetivação da contratação de pessoas jurídicas pela Fundação de Apoio obedecerá ao disposto no Decreto 8.241/13

Equipamento e Material Permanente

Discriminação	Justificativa	Valor Total
Mesas de trabalho (8 unidades)	Estações de trabalho para os computadores	R\$ 2.848,00
Cadeiras de escritório (8 unidades)	Cadeiras para estações de trabalho	R\$ 2.648,00
Livros (40 unidades)	Bibliografia importada, especializada para o projeto.	R\$ 6.039,13
Armário Estante Livreiro (2 unidades)	Acomodação de livros e demais materiais da pesquisa	R\$ 3.730,00
Impressora multifuncional laserjet monocromática (1 unidade)	Haverá necessidade de impressão dos relatórios, artigos, análises e demais materiais ao longo do desenvolvimento da pesquisa; digitalização de documentos e materiais necessários à pesquisa; fotocópia de documentos para a pesquisa. Em função dessa diversidade de tarefas, indicamos a necessidade de uma impressora multifuncional a laser (maior economia por página em relação às impressoras inkjet). O equipamento será alocado em sala cedida pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), no Bloco O do campus Gragoatá da UFF, sob gestão do Centro UFF sobre Desigualdades Globais.	R\$ 1.400,00
Computador desktop (5 unidades) all-in-one; processador Intel Core i3 ou superior ou, alternativamente, AMD Ryzen 3 ou superior; Memória RAM 8GB ou superior; HD 500GB ou superior (preferencialmente SSD); monitor Full HD 20 polegadas ou superior.	Computadores para uso nas estações de trabalho. O desenvolvimento da pesquisa exigirá o uso de softwares que demandam maior capacidade de processamento, como QGIS ou ArcGIS, para tarefas de geoprocessamento, e R, para análises estatísticas, o que justifica as especificações de processador e memória RAM. O requisito de monitor com mais de 20 polegadas também se relaciona com a visualização da cartografia elaborada e as simulações de uso do solo que serão realizadas. Finalmente, a necessidade de armazenar uma quantidade grande de documentos digitalizados, mapas, bases de dados, legislação, entre outros, justifica a especificação de 500GB de HD. Os equipamentos serão alocados em sala cedida pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), no Bloco O do campus Gragoatá da UFF, sob gestão do Centro UFF sobre Desigualdades Globais. As cotações que realizamos indicam que, para um uso intensivo ao longo de 2 anos da pesquisa, torna-se mais vantajoso economicamente adquirir os equipamentos em vez de alugá-los.	R\$ 17.455,00
Total		R\$ 34.120,13

Aplicação de Recursos

Despesas

Código	Descrição	Percentual	Total
33.90.14	Diárias - Civil	3.48%	R\$ 12.840,00
33.90.18	Bolsa	65.78%	R\$ 242.400,00
33.90.30	Material de Consumo	0.35%	R\$ 1.288,00
33.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.8%	R\$ 14.000,00
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.92%	R\$ 7.083,33
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.51%	R\$ 24.000,00
33.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0.38%	R\$ 1.416,67
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	9.26%	R\$ 34.120,13
Total da Despesa Prevista		91.49%	R\$ 337.148,13

Despesa Operacional e Administrativa (DOA)

	% DOA sobre a despesa prevista	Valor (R\$)
Despesa Operacional e Administrativa (DOA)	9.3 %	31.354,78
Total do Orçamento		368.502,91

Cronograma de Desembolso

Descrição | Arrecadação FEC com recursos provenientes de Convênio com a Prefeitura de Niterói

Receita prevista | R\$ 368.502,91

Mês	2020	2021	2022
JANEIRO	-	R\$ 11.695,10	R\$ 11.913,70
FEVEREIRO	-	R\$ 8.416,10	R\$ 11.913,70
MARÇO	-	R\$ 11.913,70	R\$ 11.913,70
ABRIL	-	R\$ 11.913,70	R\$ 11.913,70
MAIO	-	R\$ 11.913,70	R\$ 41.249,82
JUNHO	-	R\$ 11.913,70	R\$ 11.913,70
JULHO	-	R\$ 11.913,70	R\$ 33.773,70
AGOSTO	-	R\$ 11.913,70	R\$ 11.913,70
SETEMBRO	R\$ 47.117,19	R\$ 11.913,70	-
OUTUBRO	R\$ 8.416,10	R\$ 11.913,70	-
NOVEMBRO	R\$ 12.788,10	R\$ 11.913,70	-
DEZEMBRO	R\$ 8.416,10	R\$ 17.925,20	-

Cronograma de Execução

Etapas do Projeto

Descrição	Início	Término
Parametrização da ferramenta desenvolvida no projeto de forma a permitir que ela possa ser incorporada ao SIGEO	01/06/2022	31/08/2022
Produção e submissão de artigos em periódicos científicos	01/02/2022	31/08/2022
Organizar livros e publicações diversas com contribuições dos participantes do projeto e convidados externos;	01/03/2022	31/08/2022
Promover seminário de debates sobre política pública urbana em Niterói;	01/03/2022	31/03/2022
Elaborar material cartográfico identificando áreas propícias à intervenção do poder público através de instrumentos de estímulo ao adensamento, mudanças de zoneamento e projetos de investimento;	01/07/2022	31/08/2022
Gerar diagnóstico sobre o funcionamento do mercado imobiliário na cidade e suas tendências de evolução;	01/07/2022	31/08/2022
Organizar e manter atualizado website divulgando o projeto, seus participantes e os resultados parciais da pesquisa;	01/12/2020	31/08/2022
Confeccionar mapas coropléticos representando os principais eixos de expansão, os tipos de uso solo predominantes e a evolução dos preços imobiliários nas diferentes regiões de planejamento de Niterói	01/03/2022	31/08/2022
Coleta de dados e análises preliminares: levantar, tratar e analisar dados estatísticos sobre o mercado imobiliário urbano de Niterói	01/10/2020	28/02/2022
Levantamento e revisão da literatura sobre o processo de urbanização de Niterói e sistematização da legislação urbanística pertinente.	01/09/2020	31/08/2021
Preparação da equipe, planejamento e aproximação: atividades de orientação, formação e planejamento com a equipe de discentes e investigadores	01/09/2020	30/11/2020

Metas do Projeto

Especificação	Indicador de Medida	Quantidade
Elaborar material cartográfico representando atual uso do solo na cidade e identificando áreas propícias à intervenção através de instrumentos de estímulo ao adensamento, mudanças de zoneamento e projetos de investimento	Unidades (mapas)	2
Gerar diagnóstico e análises sobre o funcionamento do mercado imobiliário na cidade e suas tendências de evolução recente	Publicações de artigos e relatórios	3
Confeccionar mapas geohistóricos de diagnóstico representando os principais eixos de expansão, os tipos de uso solo predominantes e a evolução dos preços imobiliários nas diferentes regiões de planejamento da cidade	Unidades (mapas)	3
Organizar seminário internacional para discutir questões relativas aos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo urbano e propostas de intervenção;	Eventos organizados	1
Organizar banco de dados sobre a evolução dos preços imobiliários nas diferentes regiões de planejamento de Niterói;	Unidades (bancos de dados organizados)	1
Oferecer oficinas ou workshops voltadas para a capacitação de gestores públicos;	Oficinas	2
Propor instrumentos, procedimentos e políticas para a gestão do solo urbano para cidade de Niterói alinhados à Nova Agenda Urbana (ONU)	Publicações de artigos e relatórios	2
Organizar livro com membros da pesquisa e convidados do seminário internacional, reunindo resultados de pesquisas e proposições para a gestão pública;	Livros organizados	1

Assinatura Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por Daniel de Mello Sanfelici, em 2020-09-29 11:58:19 -0300, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal da Fundação Euclides da Cunha através do link
https://sistemas.somosfec.org.br/pdpa/externo/planos_trabalhos/validar.

CHAVE: af27.c5b3.2e8a.1e74.7ab4.d922.cb74.a26a

Dados Cadastrais

Título do Projeto	O Centro que queremos: proposta de implementação do Observatório do Centro de Niterói (ObservaCentro)
Departamento	GEOGRAFIA
Valor autorizado	R\$ 254.056,15
Tipo de Projeto	Extensão

Período de Execução

Tempo de Execução (em meses)	24		
Início da Execução	01/09/2020	Fim da Execução	31/08/2022

Coordenador

Nome	Ester Limonad		
Email	limonad@vm.uff.br		
Siape	2149794	CPF	845.392.838-04

Vice-coordenador

Nome	Leda Velloso Buonfiglio		
Email	ledabuonfiglio@gmail.com		
Siape	3152286	CPF	288.411.098-40

Unidade

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Secretaria

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade - SMU

Participes

Universidade Federal Fluminense - 28.523.215/0001-06

Endereço | Rua Miguel de Frias, n 9 - Icaraí - Niterói - RJ - 24.220-900

Telefone | 2126295000

Fundação Euclides da Cunha - 03.438.229/0001-09

Endereço | Rua Miguel de Frias, n 123, parte - Icaraí - Niterói - RJ - 24.220-001

Telefone | 2121091664

Prefeitura Municipal de Niterói - 28.521.748/0001-59

Endereço | Rua Visconde de Sepetiba, n 987 - Centro - Niterói - RJ - 24.220-001

Telefone | 2126200403

Descrição do Projeto

Introdução/Contextualização

No século XX, os bairros centrais de diversas cidades brasileiras passaram por um significativo processo de esvaziamento demográfico e perda de atividades econômicas induzidos por políticas urbanas que preconizavam a especialização de funções urbanas. Novos subcentros surgiram em virtude da expansão da atividade imobiliária, provocando o espraiamento do tecido urbano e a aceleração do fenômeno de suburbanização. Neste contexto, os antigos centros se tornaram espaços desvalorizados e receberam cada vez menos atenção e investimentos do poder público. As atividades comerciais e de serviços acompanharam esse deslocamento para os novos bairros que surgiam com o avanço da fronteira urbana. Este caminho foi seguido por uma parcela da população, principalmente as camadas de renda média e alta que buscavam novos estilos de vida e de consumo além da exclusividade e homogeneidade social que os antigos centros não podiam oferecer-las. No Brasil, esse fenômeno de “fuga dos centros” consolidou as presenças e os usos populares nessas áreas. Para uma boa parte dos pobres urbanos, viver nos centros representa o acesso a serviços públicos e à mobilidade urbana, a oportunidade de trabalho e a geração de renda. Para aqueles que sentem no bolso o alto custo do transporte público, residir nas áreas centrais significa o acesso a baixo custo ao ganha-pão cotidiano. No caso dos trabalhadores informais, como camelôs e catadores, a grande circulação de transeuntes nos centros é uma oportunidade para obter maiores rendimentos. É também nas áreas centrais onde se encontra uma boa oferta de serviços públicos de educação, saúde e assistência social, muitas vezes inexistente ou precária nas periferias. Nas últimas três décadas, diversas gestões municipais em todo Brasil apresentaram projetos, planos e programas com o objetivo de desencadear a revalorização simbólica e econômica dos bairros centrais. A intencionalidade de uma “volta ao centro” se afirma hoje como uma ideia-força capaz angariar apoios de diversos atores públicos e privados, movimentos sociais e da academia. O imperativo da revitalização está fundamentado em críticas à ociosidade da infraestrutura instalada, à monofuncionalização e à degradação do espaço público e vem a reboque de um questionamento mais amplo das realizações do urbanismo modernista e do rodoviário. Dentre os princípios que regem os projetos de revitalização, destacam-se frequentemente propostas baseadas na valorização do patrimônio edificado, na reanimação cultural, no incentivo à mistura de usos e, em muitos casos, no estancamento de processos de esvaziamento populacional e na retomada do crescimento demográfico dos centros urbanos. O reativamento e readensamento dos centros é compatível com princípios de sustentabilidade propostos pela insígnia das “cidades compactas”. Neste novo modelo de urbanização ambientalmente responsável, os centros revitalizados teriam protagonismo para a atenuação do espraiamento urbano e das consequências nefastas da suburbanização descontrolada. Da mesma maneira, as áreas centrais são espaços privilegiados para promoção da integração de diferentes classes sociais mediante o incentivo à mistura social, rompendo a homogeneidade prevalente nestes espaços e fomentando a democratização das cidades. A revitalização também abre portas para o desenvolvimento do capital imobiliário. Quando incentivado pelo poder público, os antigos bairros centrais podem tornar-se novas fronteiras de expansão do setor da construção civil com grande potencial de lucratividade. Trata-se igualmente de uma oportunidade para as prefeituras que, com a reativação econômica, podem projetar elevação das arrecadações de impostos, em especial os que incidem sobre a propriedade imobiliária (IPTU) e sobre os bens e serviços (ISS). Apesar do grande entusiasmo em torno de projetos de revitalização de áreas centrais, algumas experiências recentes no Brasil apresentaram-se mal-sucedidas quanto à capacidade de gerar desenvolvimento econômico e deficientes quanto à eficácia de promoção de justiça social. Uma das experiências pioneiras deste tipo no Brasil, a revitalização do bairro do Pelourinho em Salvador nos anos 1990 mostrou-se desastrosa. Ao custo de posicionar a cidade no circuito do turismo internacional, centenas de famílias de baixa renda foram removidas, transformando o antigo bairro num cartão postal socialmente excludente. Em Recife, o projeto “Porto Digital” pretendia transformar o centro histórico num polo de tecnologia atraindo empresas de ponta, mas vinte anos após o seu lançamento os impactos para o desenvolvimento local são questionáveis. As centenas de empresas instaladas são altamente dependentes de recursos públicos e o objetivo de impulsionar o uso habitacional a partir da atração de novos moradores mostrou-se frustrada. Em São Paulo, o projeto “Nova Luz” buscou transformar parte dos bairros da Luz e Santa Ifigênia numa nova fronteira de investimentos imobiliários. A resistência de moradores e comerciantes locais gerou um forte debate sobre o caráter segregacionista do projeto e a prefeitura foi obrigada a recuar em suas intenções. No Rio de Janeiro, o projeto “Porto Maravilha” captou bilhões de reais para a transformação da antiga zona portuária como legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Apesar do enorme custo da intervenção, a atração de novos moradores e empresas para a região está longe das metas iniciais dos promotores, e um problema de iliquidez do fundo

imobiliário que garante a sustentabilidade financeira do projeto tem levado a deficiência da manutenção dos investimentos realizados. Esse breve resgate de experiências nacionais de revitalização de áreas centrais nos faz refletir sobre ações positivas e negativas, mas principalmente nos incita a um exercício de imaginação sobre o Centro de Niterói que queremos. No momento em que Niterói propõe um projeto de intervenção da sua área central através do “Projeto de Requalificação do Centro” faz-se necessária uma reflexão sobre este território. No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA) propomos a implementação do Observatório do Centro de Niterói (ObservaCentro), um núcleo constituído a partir de uma parceria entre pesquisadores, a Prefeitura de Niterói e demais membros da sociedade civil, que tem por objetivo trazer reflexões sobre a problemática urbana da área central fornecendo subsídios para a tomada de decisões relativas às ações do poder público municipal.

Identificação do Objeto

O Observatório nasce da necessidade de tornar a área central de Niterói um objeto de estudo concreto a partir da construção de uma rede horizontal de conhecimento local, desenvolvendo pesquisas em Geografia e demais áreas das ciências humanas e aplicadas e que mobilizam o centro como categoria de análise. Para além do seu caráter acadêmico – definido pela necessidade de conformar um arcabouço teórico que dê conta de explicações próprias para as dinâmicas urbanas e configurações territoriais locais –, o Observatório construirá ferramentas para a elaboração de cartografias sócio-territoriais do centro de Niterói. Neste sentido, trata-se de desenvolver: i) estudos de intervenções urbanísticas e de avaliação dos seus impactos; ii) analisar o desenho das políticas públicas deficitárias a serem implementadas; e iii) compreender as limitações e potencialidades de uso e apropriação do espaço da área central por seus usuários de acordo com variantes como níveis de renda, faixas etárias, gêneros, entre outros componentes de relevância demográfica. Da mesma forma, o ObservaCentro busca criar um espaço de escuta e diálogo promovendo o debate amplo e aberto com o aperfeiçoamento e troca de saberes a partir de oficinas, rodas de conversa, mesas-redondas e workshops para a compreensão multifacetada das formas de uso, produção e apropriação do território, potencializando as narrativas singulares da cidade por meio de agentes locais da sociedade civil organizada e não-organizada, como moradores, trabalhadores, usuários de equipamentos públicos bem como agentes do poder público. Trata-se, portanto, de facilitar a construção de um espaço de diálogo que terá o caráter de um “Fórum do Centro”.

Justificativa da Proposição

O padrão de desenvolvimento urbano brasileiro ao longo da segunda metade do século XX também se fez sentir em Niterói: a população do município cresceu vertiginosamente, o tecido urbano expandiu de maneira descontrolada e a segregação socioespacial se intensificou. Enquanto isso, a área central da cidade perdeu moradores e se consolidou como um espaço monofuncional, abrigando principalmente atividades do setor terciário. Apesar destas transformações, o centro de Niterói guarda sua relevância no âmbito municipal e mesmo regional. Nele estão localizadas algumas das principais instalações dos modais do transporte público metropolitano, como a Estação Araribóia de barcas, o Terminal Rodoviário João Goulart e a Rodoviária Roberto Silveira. Trata-se portanto de um espaço por onde transitam dezenas de milhares de pessoas todos os dias. Este fluxo alimenta boa parte do comércio da área central: 40% das atividades comerciais da cidade estão ali localizadas. Empreendimentos como o Niterói Shopping, o Shopping Bay Market e o Plaza Shopping, além das dezenas de ruas de comércio popular, ilustram esta relevância. Importantes instituições possuem seus endereços no centro, dentre elas a Prefeitura e diversos órgãos da administração municipal, a Câmara de Vereadores e o Fórum municipal bem como inúmeros equipamentos de educação, saúde e segurança públicos dos diferentes níveis de governo. A área central abriga igualmente um grande número de imóveis patrimoniais, museus e centros culturais, como o Teatro Municipal João Caetano, o Espaço Cultural dos Correios e o Centro Cultural Abrigo dos Bondes. Também estão ali localizados estabelecimentos de ensino e profissionalização como o SESC e o SENAC, colégios públicos e privados, além de inúmeras universidades, com destaque para alguns campi da Universidade Federal Fluminense. O Caminho Niemeyer, mais relevante aposta do município para incrementar o turismo local, ocupa uma ampla área do centro às margens da baía de Guanabara. Observa-se, portanto, que apesar de uma narrativa que representa o centro de Niterói como uma área “degradada” e “decadente”, este é um espaço pujante e dinâmico, e que manteve sua centralidade econômica e simbólica em meio às transformações nas últimas décadas. Uma caracterização deste território não estaria completa sem que fossem ressaltados os problemas urbanos existentes. Como na maioria dos centros das grandes cidades brasileiras, a área central de Niterói comporta uma significativa população de rua, que teve um expressivo aumento em função da recente crise econômica. Apesar do município figurar no topo do ranking brasileiro de IDH, é possível identificarmos no centro uma significativa precariedade habitacional, marcada pela existência de cortiços, casarões invadidos por famílias sem-tetos e favelas. Esta mazela social ficou escancarada na recente interdição de um edifício residencial que apresentava risco de vida aos moradores, o chamado “Prédio da Caixa”, que culminou com a remoção de centenas de famílias de baixa renda. Contraditoriamente, nessa mesma área central é notória a existência de um grande volume de imóveis e terrenos vazios ou subutilizados, que poderiam ganhar novos usos mediante a aplicação de determinados instrumentos urbanísticos. Soma-se a esta caracterização, a presença expressiva do comércio informal, incrementando também em consequência da recessão econômica, e que apesar dos inconvenientes para a ordem urbana, representa uma alternativa de renda para milhares de pessoas num cenário de altas taxas de desemprego. Com o objetivo de promover um novo ciclo de transformações neste território, a Prefeitura lançou em 2013 o “Projeto de Requalificação do Centro de Niterói”, que promete “resgatar o prestígio perdido” e “melhorar a qualidade de vida de moradores, comerciantes e frequentadores da área”. Trata-se de um plano composto por um conjunto de ações, com destaque para obras de mobilidade, sistema viário, requalificação do espaço público, instalação de novos equipamentos culturais, melhorias nas redes de esgotamento e iluminação, entre outras intervenções anunciadas. Pretende-se, em vinte anos, que sejam atraídos 40 mil novos moradores para o centro, além do incremento de atividades comerciais e a redinamização do mercado imobiliário da região. Neste sentido, a criação de um núcleo que elabore pesquisas sobre a área central de Niterói tem papel fundamental na produção de diagnósticos e estudos que possam auxiliar a tomada de decisão do poder público municipal, contribuindo assim para que o desenvolvimento econômico do território esteja alinhado com preceitos de justiça social e qualidade ambiental. O Observatório do Centro de Niterói será um espaço agregador, acolhendo pesquisadores das mais diversas áreas das ciências humanas e aplicadas e de diferentes instituições. Neste diálogo com o poder público municipal e a sociedade civil organizada pretendemos oferecer uma compreensão multifacetada das formas de produção do espaço urbano, avaliar os riscos e as potencialidades dos novos investimentos planejados para a área central e auxiliar no desenho das políticas públicas a serem implementadas. A criação do Observatório significará igualmente um avanço na compreensão sobre a cidade de Niterói e suas diferentes problemáticas, funcionando como uma plataforma de base de dados que poderá ser acessada por pesquisadores. Este caráter de comunicação fará avançar os trabalhos de desenvolvidos por estudantes de iniciação científica e de pós-graduação, além de incentivar que novos pesquisadores sejam atraídos para esta temática. Finalmente, salientamos que a proposta de implementação do ObservaCentro está alinhada aos preceitos do “Plano Estratégico Niterói que Queremos” e dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da Agenda 2030 das Nações Unidas, tal como explicitadas no edital do Programa. No caso do Plano Estratégico, a requalificação do centro aparece indicada entre os sete projetos estruturadores da cidade. A vontade do poder público em promover a requalificação urbanística “com novas construções, reestruturação e recuperação do patrimônio existente, zonas de desenvolvimento econômico e adensamento da população residente” está plenamente contemplada nas linhas de pesquisa do Observatório (consultar a seção “Metodologia” deste projeto). Em relação à Agenda 2030 das Nações Unidas, um projeto de revitalização do centro está alinhado ao objetivo número 11, sobre a promoção de “Cidades e comunidades sustentáveis”, que exalta a necessidade de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Acreditamos que as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório poderão contribuir para que a cidade de Niterói alcance este objetivo, conciliando sustentabilidade, desenvolvimento econômico e inclusão social.

Objetivos e Escopo

Num primeiro momento, o Observatório exigirá a construção de uma plataforma de conhecimento local que funcione como uma rede de apoio, acadêmica, institucional e política sobre a área central de Niterói, dando legitimidade e reconhecimento a esse território como espaço vital para o desenvolvimento urbano e regional. Será necessária a criação de espaço virtual (website) para facilitar a comunicação e a divulgação da produção do Observatório, e físico (laboratório) nas dependências do Departamento de Geografia. O ObservaCentro ambiciona tornar-se um centro de referência de pesquisadores e investigadores com produtos acadêmicos à disposição da comunidade científica e leiga. Partirá dele a produção de i) trabalhos de conclusão de curso, ii) dissertações, iii) teses, iv) entrevistas, v) artigos, vi) ensaios, vii) resenhas, viii) relatórios de trabalhos de campo, além de produtos técnicos como ix) dossiês com estudos de avaliação de políticas públicas federais, estaduais e/ou programas municipais incidentes no centro de Niterói, x) estudos de impacto de intervenções urbanas e xi) estudos de intervenções urbanísticas. Todos estes produtos, acadêmicos ou técnicos, estarão abrigados no espaço virtual do ObservaCentro e deverão subsidiar ações da Prefeitura no campo das políticas públicas locais com base em novos padrões de governança urbana. Da mesma forma, o Observatório pretende ser um espaço de diálogo capaz de articular sociedade civil, gestão pública e universidade, coerente com o fundamento da justiça social e da democracia de modo a fortalecer instâncias de poder locais (tanto aquelas já consolidadas quanto as emergentes) dando visibilidade a atores da sociedade civil, e potencializando a voz e a escuta de atores locais cujas demandas são prementes. A criação de um espaço físico (laboratório nas dependências do Departamento de Geografia da UFF) abrigará internamente reuniões periódicas entre os pesquisadores membros (quadro docente e discente), grupos de trabalho e grupos de estudo. Externamente, promoverá oficinas, workshops, mesas-redondas e palestras. O ObservaCentro também poderá servir de ponto de partida para a análise comparativa com outros municípios brasileiros. Para a construção do ObservaCentro, serão necessárias do ponto de vista teórico: i) Análise contemporânea do papel da cidade de Niterói em suas múltiplas escalas geográficas – no mundo; no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro; na região metropolitana até a micro escala da vida cotidiana do habitante e/ou usuário do centro; ii) Recortes da dinâmica de organização e reorganização territorial do município, compreendendo o território de forma integral: do centro à periferia e da periferia ao centro; Do ponto de vista técnico e instrumental: iii) Produção de dados empíricos (por coleta e amostragem) e cruzamento dos bancos de dados oficiais pertinentes à informações socioeconômicas, sócio-políticas, socioespaciais municipais; iv) Levantamento de políticas públicas e territoriais incidentes no centro de Niterói e seus efeitos imediatos na vida da população residente e usuária; v) Levantamento de potencialidades a partir de indicadores de uso e apropriação socioespacial; Do ponto de vista urbanístico: vi) Levantamento de aspectos negativos como impactos de obras e/ou equipamentos públicos deficitários na área central; vii) Análise da legislação urbana incidente como Plano Estratégico, Plano Diretor, leis complementares de uso e ocupação do solo, zoneamentos específicos como ZEIS, etc.; viii) Reconhecimento e criação de canal de interlocução com associações, coletivos e grupos locais a fim de mapear propostas, projetos e demandas para a região; Do ponto de vista cartográfico: ix) Produção de mapas setoriais (por eixos estruturantes prioritários de investigação) e posterior cruzamento dos produtos cartográficos a partir de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a compreensão integral do território. O ObservaCentro objetiva, portanto, executar: diagnósticos para avaliação do território presente; Cenários possíveis e esperados para subsidiar a gestão pública no futuro; Construção de uma cartografia social potencializando estudos feitos por e para atores locais; Criação de um Sistema de Informação Geográfica do Centro de Niterói.

Metodologia

A metodologia de funcionamento do Observatório está estruturada a partir de uma distinção (tradicional) entre dois modos de investigação: um conceitual e outro empírico. O modo conceitual deverá avançar na reflexão sobre a evolução e reestruturação da área central de Niterói e suas especificidades no contexto regional. É preciso salientar que, numa perspectiva geográfica, o centro da cidade deve ser interpretado como parte integrante do município, bem como da região metropolitana fluminense. Trata-se, portanto, de um pressuposto dialético, concebendo o estudo do fragmento como parte da totalidade. Essa preocupação multiescalar é fundamental para que possamos caracterizar este recorte espacial e diagnosticar os processos nele em curso. O levantamento e o estudo bibliográfico irão compor um aparato teórico e conceitual que será incorporado aos conhecimentos dos pesquisadores membros do Observatório desenvolvidos em pesquisas anteriores. Neste sentido, a análise comparativa será um importante instrumento para avaliarmos aspectos da reestruturação da área central de Niterói com o de outros centros no Brasil e no mundo. O modo empírico deverá servir de suporte analítico para a nossa reflexão. Levantamentos e coletas de dados e informações poderão ser realizados a partir de diferentes fontes. Para os dados estatísticos privilegiaremos bases de dados oficiais como aqueles disponibilizadas pela própria Prefeitura e pelos censos demográficos. A confrontação dos dados a serem coletados pelo Censo Demográfico de 2021 com aqueles obtidos em 2010 será uma oportunidade para evidenciarmos a evolução da área central da cidade neste intervalo temporal. O Observatório promete empenhar-se no esforço de produção de dados primários a partir de entrevistas, aplicação de questionários, trabalhos de campo, levantamentos fotográficos e imagens aéreas com uso de drone. Estas atividades deverão se aperfeiçoar no decorrer do próprio projeto e a partir das demandas que surgirem nesta trajetória. Teremos como balizadoras três abordagens, habitualmente adotadas por investigações geográficas voltadas para a análise de reestruturas territoriais e organização do espaço que se complementam: i) Contexto, tratando de identificar a organização espacial das atividades econômicas e da população, estabelecendo os fatores explicativos dessa organização e suas diferentes manifestações; ii) Tendências, buscando construir cenários futuros a partir da anunciação de intervenções do poder público e de agentes privados sobre o território; e iii) Impactos, avaliando as consequências socioespaciais destas ações. Para tanto poderão ser utilizadas ferramentas analíticas como o estabelecimento de perímetros de influência e eixos estruturantes prioritários de investigação. A intersetorialidade será um valor fundamental para que possamos avançar na direção de uma compreensão totalizante do território. Em consonância com os objetivos do “Plano Estratégico Niterói que Queremos” e do “Plano de Requalificação do Centro de Niterói” identificamos quatro linhas de investigação que poderão nortear as ações do Observatório: i) “Direito à Moradia e Readensamento Populacional”, ii) “Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda”, iii) “Cultura, Identidades e Memórias Locais” e iv) “Usos e Presenças Populares”. Tratam-se de linhas que não se pretendem rígidas, podendo ser alteradas no decorrer do projeto e em consonância com intervenções e ações anunciadas pelos agentes produtores do espaço urbano.

Resultados

Ao final dos dois anos de atividades do Observatório é esperado que tenhamos um conjunto de dados e informações sobre a área central de Niterói que poderão ser utilizadas pela comunidade acadêmica, a sociedade civil e os gestores públicos. Este material produzido se pretende relevante para auxiliar gestores e técnicos da Prefeitura em suas futuras intervenções, planos e projetos pensados para este território. Igualmente, conformará uma referência incontornável para pesquisadores que aspirem estudar a área central da cidade. Neste sentido, possibilitará a perpetuação de pesquisas em nível de graduação, mestrado e doutorado sobre o tema. Para tanto, será dada uma atenção

especial às práticas de comunicação e publicidade dos relatórios e demais materiais produzidos pelo Observatório. Para que haja amplo acesso, é imprescindível que seja estruturada uma disponibilização virtual e gratuita destas informações. Após a conclusão da pesquisa será possível vislumbrarmos a organização de uma publicação baseado na experiência do projeto. Esta obra servirá como memória das atividades realizadas no biênio e terá caráter propositivo. Ressalta-se, portanto, que a nossa principal motivação é de concluída as atividades, tenhamos um material cientificamente balizado que possa trazer ao conhecimento público o conjunto de potencialidades econômicas desta área central, mas também o cotidiano de carências e demandas de seus moradores e usuários.

Descrição da Metodologia e Critérios para a Seleção de Bolsistas

Critérios para seleção de bolsistas: 1. Ser aluno regularmente matriculado em curso de graduação e inscrito em disciplinas durante a vigência da bolsa; 2. Ter desempenho acadêmico; 3. Atender às solicitações do (a) orientador(a) quanto à dedicação nas atividades acadêmicas e de pesquisa; 4. Possuir currículo Lattes atualizado; 5. Não possuir vínculo empregatício, não estar recebendo qualquer outra modalidade de bolsa; Atividades a serem desenvolvidas pelos(as) bolsistas : 1. Envolver-se tanto nas atividades do Laboratório ObservaCentro quanto nas atividades de campo em Niterói e oficinas a serem organizadas na UFF ou fora da UFF; 2. Disposição em fazer cursos e treinamentos de geoprocessamento e organização de banco de dados para subsídio e implantação da plataforma; 3. Levantamento de informações e coleta de dados a partir do uso e cruzamento de bancos de dados oficiais; 4. Alimentar a plataforma e o site do ObservaCentro;

Integrantes

Nome	Email	CPF	Matrícula ou SIAPE	Tipo
Leda Velloso Buonfiglio	ledabuonfiglio@gmail.com	288.411.098-40	3152286	Vice-coordenador(a)
Ester Limonad	limonad@vm.uff.br	845.392.838-04	2149794	Coordenador(a)
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano	camila.dottaviano@usp.br	137.929.438-08	1362924	Professor(a)
Benny Schvasberg	benny@unb.br	606.943.947-34	0671574	Professor(a)
Clarissa da Costa Moreira	clarissamoreira@gmail.com	025.987.807-36	1887736	Professor(a)
Letícia de Carvalho Giannella	leticiagiannella@gmail.com	102.423.917-96	2125872	Professor(a)
Arlete Moysés Rodrigues	moysesarlete@gmail.com	117.512.828-72	1378206	Professor(a)
Carolina Costa Pereira	carolinapereira@id.uff.br	145.803.467-42	118003006	Discente
Claudio Lucas Mello Martins	claudio_martins@id.uff.br	175.156.867-90	119003052	Discente
Valentina Magalhães Rodrigues	valentinamrodrigues@gmail.com	140.544.597-14	119003044	Discente
Aline Firmino Da Silva Guimaraes	alinefsg@id.uff.br	148.452.327-07	118003042	Discente
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro	joaocarlosmonteiro@gmail.com	100.404.647-25	EXPPD000759	Pós-Doutorando

Nome	Email	CPF	Matrícula ou SIAPE	Tipo
Lorena Borges Gaia	lorenagaia@id.uff.br	901.453.052-87	420003014	Discente

Discriminação da Despesa a ser Executada

Bolsas - Docentes e Técnicos Administrativos - Decreto 7.423/2010, capítulo III

Nome	Atividade Desenvolvida	Mat. SIAPE	Lotação	Regime de Trabalho	Valor Total
Ester Limonad	Coordenadora do projeto	2149794	Departamento de Geografia	Dedicação Exclusiva	R\$ 36.000,00
Total					R\$ 36.000,00

Bolsas - Discentes - Decreto 7.423/2010, Capítulo III

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total
<p> Lorena Borges Gaia </p>	<p> 901.453.052- 87 </p>	<p> Bolsa de Apoio Técnico: apoio em atividades de secretaria do ObservaCentro; e-mails, contatos telefônicos; organização de planilha de informações com contatos de grupos da sociedade civil e gestores da Prefeitura atuantes na área do centro; sistematização de informações para relatórios técnicos, atas; manutenção da página do ObservaCentro; convites para Eventos e Oficina; organização de documentação da mídia (reportagens, matérias e entrevistas por eixos de intervenção sobre o Centro de Niterói) </p>	<p> Licenciatura em Geografia </p>	<p> graduacao </p>	<p> 20 </p>	<p> R\$ 9.600,00 </p>
<p> Carolina Costa Pereira </p>	<p> 145.803.467- 42 </p>	<p> Pesquisa, organização e catalogação de bibliografia sobre o Centro de Niterói por eixos de intervenção (trabalho; emprego e renda); organização, cruzamento e manipulação de banco de dados; aplicação de entrevistas remotas (plataformas digitais) e em trabalhos de campo, sistematização de entrevistas </p>	<p> Geografia </p>	<p> graduacao </p>	<p> 20 </p>	<p> R\$ 9.000,00 </p>

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total
Claudio Lucas Mello Martins	175.156.867-90	Pesquisa, organização e catalogação de bibliografia sobre o Centro de Niterói por eixos de intervenção (mobilidade urbana); organização de acervo técnico de mapas, fotografias e fotos aéreas disponíveis; coleta em campo de dados de geoprocessamento; aplicação de entrevistas remotas (plataformas digitais) e em trabalhos de campo, sistematização de entrevistas	Geografia	graduacao	20	R\$ 9.000,00
Valentina Magalhães Rodrigues	140.544.597-14	Pesquisa, organização e catalogação de bibliografia sobre o Centro de Niterói por eixos de intervenção (equipamentos públicos); organização, cruzamento e manipulação de banco de dados; aplicação de entrevistas remotas (plataformas digitais) e em trabalhos de campo, sistematização de entrevistas	Geografia	graduacao	20	R\$ 10.800,00

Nome	CPF	Atividade Desenvolvida	Nome do Curso	Tipo de Curso	Carga Horária	Valor Total
Aline Firmino Da Silva Guimaraes	148.452.327-07	Pesquisa, organização e catalogação de bibliografia sobre o Centro de Niterói por eixos de intervenção (habitação); organização de acervo técnico de mapas, fotografias e fotos aéreas disponíveis; coleta em campo de dados de geoprocessamento; aplicação de entrevistas remotas (plataformas digitais) e em trabalhos de campo; sistematização de entrevistas; coleta de dados de geoprocessamento	Geografia	graduacao	20	R\$ 10.800,00
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro	100.404.647-25	Coordenação da equipe dos bolsistas, organização do grupo de estudos; levantamento de referencial teórico e material técnico da gestão pública para área de intervenção do Centro de Niterói; organização de trabalhos de campo; organização de questões para entrevistas; Organização de Eventos como Cursos para bolsistas (IBGE) e Oficinas a serem realizadas; coordenação e acompanhamento parte cartográfica.	Pós Graduação em Geografia	pos_doutorado	20	R\$ 67.200,00
Total						R\$ 116.400,00

Nome	CPF	Discriminação	Justificativa	Valor
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro	100.404.647-25	3 diárias	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico de pós graduação: XIX ENANPUR, Blumenau, 23 a 27 de maio de 2022 EVENTO PRESENCIAL ADIADO EM 1 ANO (MAIO / 2022) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 960,00
Aline Firmino Da Silva Guimaraes	148.452.327-07	2 diárias	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XVII SIMPURB, (Curitiba, 12 a 15 de novembro de 2021) EVENTO PRESENCIAL PREVISTO (NOVEMBRO / 2021) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 640,00
Valentina Magalhães Rodrigues	140.544.597-14	2 diárias	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XVII SIMPURB, (Curitiba, 12 a 15 de novembro de 2021) EVENTO PRESENCIAL PREVISTO (NOVEMBRO / 2021) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 640,00
Claudio Lucas Mello Martins	175.156.867-90	1 diárias	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XX ENG, (São Paulo, 2022) (EVENTO PRESENCIAL PRORROGADO P/ 2022) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00
Carolina Costa Pereira	145.803.467-42	1 diária	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XX ENG, (São Paulo, 2022) (EVENTO PRESENCIAL PRORROGADO P/ 2022) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00
Arlete Moysés Rodrigues	117.512.828-72	1 diária Integrante externa UNICAMP Palestrante vinda de SP: Representante da AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Atuou no Conselho das Cidades (2006 a 2010); experiência na gestão municipal de São Paulo e Ministério das Cidades	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00

Nome	CPF	Discriminação	Justificativa	Valor
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano	137.929.438-08	1 diária Integrante externa FAU/ USP Palestrante vinda de SP: Extensão Universitária e Planejamento Urbano; atual direção da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR (2019-2021)	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00
Benny Schvasberg	606.943.947-34	1 diária Integrante externo FAU/ UNB Palestrante vindo do Centro Oeste - experiência na gestão nacional - Diretor de Planejamento Urbano (2003 - 2006) e Secretário Nacional de Programas Urbanos (2006 - 2007) do Ministério das Cidades.	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00
À definir	À definir	4 diárias (2 diárias para 2 palestrantes do Nordeste (a definir)	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 1.280,00
À definir	À definir	01 diária para 01 palestrante de BH (a definir)	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00
À definir	À definir	01 diária para 01 palestrante da Região do ABC paulista (a definir)	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00

Nome	CPF	Discriminação	Justificativa	Valor
À definir	À definir	01 diária para 01 palestrante do RS	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 320,00
À definir	À definir	2 diárias para 1 palestrantes do Norte (a definir)	Realização de evento nacional do OBSERVACENTRO pautando o debate da agenda de pesquisa e agenda de política urbana para os Centros das Cidades Brasileiras com palestrantes pesquisadores com experiência na gestão urbana. EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 640,00
Total				R\$ 6.720,00

Materiais de Consumo

Discriminação	Justificativa	Valor Total
Itens de material de informática: cartuchos para impressora, tonner, pacotes de folhas de papel Itens de material de escritório: caixa de canetas, caixa de lápis, caixa de grampos, grampeadores, caixa de cliques, pastas de ofício	Material de consumo de uso diário para as atividades do ObservaCentro	R\$ 1.300,00
pranchetas, crachás de identificação equipe fora da UFF, pilhas para gravadores, cavalete flip-chart em madeira, bloco flip chart, canetas marcadores quadro branco	Material de consumo para realização de Oficinas e trabalhos de campo	R\$ 425,40
Total		R\$ 1.725,40

Passagens e Despesas com Locomoção

Nome	CPF	Itinerário	Justificativa	Valor
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano	137.929.438-08	São Paulo - Rio de Janeiro Rio de Janeiro - São Paulo	Palestrante no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligado(a) à experiência da gestão urbana na cidade de São Paulo EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 600,00
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro	100.404.647-25	Rio de Janeiro - Blumenau Blumenau - Rio de Janeiro	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XIX ENANPUR, Blumenau, 23 a 27 de maio de 2022 EVENTO PRESENCIAL ADIADO EM 1 ANO (MAIO / 2022) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 800,00
Aline Firmino Da Silva Guimaraes	148.452.327-07	Rio de Janeiro - Curitiba Curitiba - Rio de Janeiro	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XVII SIMPURB, (Curitiba, 12 a 15 de novembro de 2021) EVENTO PRESENCIAL PREVISTO (NOVEMBRO / 2021) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 600,00
Valentina Magalhães Rodrigues	140.544.597-14	Rio de Janeiro - Curitiba Curitiba - Rio de Janeiro	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XVII SIMPURB, (Curitiba, 12 a 15 de novembro de 2021) EVENTO PRESENCIAL PREVISTO (NOVEMBRO / 2021) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 600,00
Claudio Lucas Mello Martins	175.156.867-90	passagem terrestre (rodoviária) Rio de Janeiro - São Paulo São Paulo- Rio de Janeiro	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação no evento acadêmico: XX ENG, (São Paulo, 2022) (EVENTO PRESENCIAL PRORROGADO P/ 2022) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 300,00
Carolina Costa Pereira	145.803.467-42	passagem terrestre (rodoviária) Rio de Janeiro - São Paulo São Paulo- Rio de Janeiro	DIVULGAÇÃO dos resultados da Pesquisa realizada no ObservaCentro com a apresentação de trabalho e participação em evento acadêmico: XX ENG, (São Paulo, 2022) (EVENTO PRESENCIAL PRORROGADO P/ 2022) (PÓS PANDEMIA)	R\$ 300,00
À definir	À definir	Manaus - Rio de Janeiro Rio de Janeiro - Manaus	Palestrante a definir no evento nacional do OBSERVACENTRO - ligado(a) à experiência da gestão urbana em cidades da Região Norte EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 2.200,00
À definir	À definir	(itinerário a definir) 2 capitais do NE - Rio de Janeiro Rio de Janeiro - 2 capitais do NE	2 Palestrantes a definir no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligados(as) à experiência da gestão urbana em cidades do Nordeste EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022(PÓS PANDEMIA)	R\$ 4.400,00

Nome	CPF	Itinerário	Justificativa	Valor
À definir	À definir	Porto Alegre - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Porto Alegre	Palestrante a definir no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligado(a) à experiência da gestão urbana em Porto Alegre EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 1.300,00
À definir	À definir	Belo Horizonte - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Belo Horizonte	Palestrante a definir no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligado(a) à experiência da gestão urbana em Belo Horizonte EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 800,00
À definir	À definir	São Paulo - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - São Paulo	Palestrante a definir no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligado(a) à experiência da gestão urbana na Região do ABC de São Paulo EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 600,00
Arlete Moysés Rodrigues	117.512.828-72	São Paulo - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - São Paulo	Palestrante no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligada à experiência da gestão urbana na cidade de São Paulo EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 600,00
Benny Schvasberg	606.943.947-34	Brasília - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasília	Palestrante no evento nacional do OBSERVACENTRO: ligado à experiência da gestão urbana federal (Ministério das Cidades /em Brasília) EVENTO PRESENCIAL PROGRAMADO PARA AGOSTO / 2022 (PÓS PANDEMIA)	R\$ 1.200,00
Total				R\$ 14.300,00

Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Nome	CPF	Discriminação dos Serviços	Justificativa	Valor
À definir	À definir	contratação de serviço com tecnologia da informação	Desenvolvimento de site/ página do ObservaCentro	R\$ 2.500,00
À definir	À definir	contratação de serviço com curso de treinamento	Curso de Treinamento de Banco de Dados com alunos da Ence para bolsistas da equipe	R\$ 2.500,00
Total				R\$ 5.000,00

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Entidade	CNPJ	Discriminação dos Serviços	Justificativa	Valor
À definir	À definir	contratação de empresa para organização, apoio e logística de evento nacional	Empresa ou assimilada para organização, apoio e logística de evento acadêmico do ObservaCentro	R\$ 6.000,00
À definir	À definir	contratação de empresa de geoprocessamento	Contratação pontual de empresa que prestará serviços de geoprocessamento para treinamento da equipe, com coleta em campo e uso de softwares livres no laboratório	R\$ 6.000,00
À definir	À definir	contratação de editora de livros acadêmicos	Editores e publicação de livros pós evento do ObservaCentro	R\$ 6.000,00
Total				R\$ 18.000,00

Informações

A Efetivação da contratação de pessoas jurídicas pela Fundação de Apoio obedecerá ao disposto no Decreto 8.241/13

Equipamento e Material Permanente

Discriminação	Justificativa	Valor Total
01 máquina fotográfica Semiprofissional Câmera Digital - DSLR	Itens de material permanente para laboratório do ObservaCentro; Oficinas, Entrevistas e Trabalhos de Campo	R\$ 1.720,00
01 ar condicionado	Itens de material permanente para laboratório do ObservaCentro	R\$ 1.500,00
02 monitores 15,6"	Itens de material permanente para laboratório do ObservaCentro	R\$ 900,00
02 computadores Processador: Intel Core i5 HD: 1 TB Memória RAM: 8 GB Sistema Operacional: Windows 10	Itens de material permanente para uso diário da equipe no laboratório: organização de dados, tabelas, redação de relatórios, atas, pesquisas bibliográficas, leitura e execução de produtos técnicos; aplicação de softwares de SIG e geoprocessamento	R\$ 6.000,00
03 notebooks Tamanho da Tela: 15,6" Processador: Intel Core i5 / Pentium HD:1 TB Memória RAM: 8GB Sistema Operacional: Windows 10	Itens de uso diário da equipe no laboratório; em trabalhos de campo e Oficinas: organização de dados, tabelas, redação de relatórios, atas, pesquisas bibliográficas, leitura e execução de produtos técnicos; aplicação de softwares de SIG e geoprocessamento	R\$ 9.000,00

Discriminação	Justificativa	Valor Total
01 drone	Equipamento para laboratório e trabalhos de campo: SUGESTÃO DE MODELO SIMPLES, DE FÁCIL MANUSEIO E TRANSPORTE p/ equipe -Drone * (mavic mini fly more combo 8 (marca:dji) - modelo mais barato JUSTIFICA-SE PARA OBTENÇÃO DE FOTOS AÉREAS EM ESCALA entre 1:2.000 e 1:500; FOTOS EM MOSAICO BEM COMO VÍDEOS NO ESCOPO DA ÁREA DO PROJETO: CENTRO DE NITERÓI	R\$ 6.000,00
1 GPS	Equipamento para laboratório e trabalhos de campo: coleta de pontos para produtos cartográficos e imagens - SUBSTITUIÇÃO DO GPS DE ALTÍSSIMA PRECISAO (\$17.000) POR UM SIMPLES, DE FÁCIL USO (\$650,00) PARA TRABALHOS DE CAMPO EM EQUIPE, PERMITINDO ASSIM A COMPRA DE NOVOS ITENS DESCRITOS ABAIXO	R\$ 650,00
01 quadro branco magnético	Itens de material permanente para laboratório do ObservaCentro: apontamentos de reunião; organização rotina equipe	R\$ 300,00
01 nobreak	proteção contra queda de energia no Campus	R\$ 650,00
02 mesas de escritório	Itens de mobiliário para estruturação do laboratório do ObservaCentro: mesa para apoio dos Notebooks e Computadores/ Monitores;	R\$ 1.100,00
02 cadeiras giratórias	Itens de mobiliário para estruturação do laboratório do ObservaCentro	R\$ 1.200,00
02 gravadores	Uso de gravadores simples para trabalhos de campo; aplicação de questionários e entrevistas; uso em Oficinas	R\$ 400,00
01 impressora / scanner Tecnologia de Impressão: Laser (*se possível com valor, colorida) - Funções: Imprimir, copiar, digitalizar - Velocidade de impressão em preto: Normal: Até 20 ppm Qualidade de impressão em preto (ótima): Até 1.200 x 1.200 dpi	Itens de material permanente para laboratório do ObservaCentro; impressão de documentos, material bibliográfico de suporte; produtos técnicos e relatórios	R\$ 1.300,00
01 impressora A3 Tecnologia de Impressão: Tinta Colorida	Itens de material permanente para laboratório do ObservaCentro; impressão de produtos cartográficos; produtos técnicos com imagens	R\$ 2.000,00
02 tablets Bluetooth, sistema 3G, 16GB memória	Uso de tablets simples para trabalhos de campo; aplicação de questionários / entrevistas; uso em Oficinas	R\$ 1.000,00
Total		R\$ 33.720,00

Aplicação de Recursos

Despesas

Código	Descrição	Percentual	Total
33.90.14	Diárias - Civil	2.65%	R\$ 6.720,00
33.90.18	Bolsa	59.99%	R\$ 152.400,00
33.90.30	Material de Consumo	0.68%	R\$ 1.725,40
33.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.63%	R\$ 14.300,00
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.97%	R\$ 5.000,00
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.09%	R\$ 18.000,00
33.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0.39%	R\$ 1.000,00
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	13.27%	R\$ 33.720,00
Total da Despesa Prevista		91.66%	R\$ 232.865,40

Despesa Operacional e Administrativa (DOA)

	% DOA sobre a despesa prevista	Valor (R\$)
Despesa Operacional e Administrativa (DOA)	9.1 %	21.190,75
Total do Orçamento		254.056,15

Cronograma de Desembolso

Descrição | Arrecadação FEC com recursos provenientes de Convênio com a Prefeitura de Niterói

Receita prevista | R\$ 254.056,15

Mês	2020	2021	2022
JANEIRO	-	R\$ 7.527,90	R\$ 8.007,94
FEVEREIRO	-	R\$ 7.527,90	R\$ 6.655,10
MARÇO	-	R\$ 7.527,90	R\$ 19.419,80
ABRIL	-	R\$ 7.527,90	R\$ 6.655,10
MAIO	-	R\$ 7.527,90	R\$ 7.593,36
JUNHO	-	R\$ 7.527,90	R\$ 5.673,20
JULHO	-	R\$ 14.073,90	R\$ 12.219,20
AGOSTO	-	R\$ 7.527,90	R\$ 16.408,64
SETEMBRO	R\$ 46.198,83	R\$ 10.364,50	-
OUTUBRO	R\$ 7.527,90	R\$ 6.655,10	-
NOVEMBRO	R\$ 10.364,50	R\$ 9.360,78	-
DEZEMBRO	R\$ 7.527,90	R\$ 6.655,10	-

Cronograma de Execução

Etapas do Projeto

Descrição	Início	Término
Publicação de livro	01/08/2022	31/08/2022
Realização do evento ObservaCentro	01/08/2022	31/08/2022
Organização e realização de oficinas com gestores locais e sociedade civil	01/02/2022	30/06/2022
Elaboração e manutenção do site / página do ObservaCentro	01/09/2021	30/09/2021
Elaboração do SIG (cruzamento de dados coletados primários e secundários)	01/07/2021	31/10/2021
Realização de entrevistas - agentes locais poder público	01/12/2021	15/12/2021
Preparação de entrevistas: agentes do poder público	01/11/2021	30/11/2021
Mapeamento agentes do poder público	01/08/2021	31/10/2021
Realização de entrevistas - agentes locais sociedade civil	01/12/2021	15/12/2021
Preparação de entrevistas: agentes locais sociedade civil	01/11/2021	30/11/2021
Mapeamento agentes locais sociedade civil organizada e não organizada	01/08/2021	31/10/2021
Trabalhos de campo: geoprocessamento no Centro de Niterói para cálculo de perímetros, apropriação social raios de distância e zonas de	01/07/2021	31/07/2021
Coleta de campo: dados primários sócio-econômicos/ territoriais Centro de Niterói	01/07/2021	31/07/2021
Organização de biblioteca digital com arquivos de notícias; publicações acadêmicas; materiais técnicos referentes ao Centro de Niterói	01/10/2020	28/02/2021
Levantamento de material cartográfico preexistente do Centro de Niterói	01/12/2020	28/02/2021
Levantamentos de dados secundários sócio-econômicos Centro de Niterói	01/12/2020	28/02/2021
Treinamento de bolsistas no Curso de Bancos de Dados (ENCE)	01/11/2020	30/11/2020
Treinamento de bolsistas no Curso de Geoprocessamento (ENCE)	01/11/2020	30/11/2020
estruturação do laboratório	01/11/2020	30/11/2020
Criação do grupo de estudos sobre o centro: docentes e discentes da graduação e pós graduação	01/10/2020	31/10/2020
Reunião da equipe (docentes e discentes): metodologias, formação de equipes e divisão de tarefas	01/10/2020	30/10/2020
seleção de bolsistas	01/09/2020	30/09/2020

Descrição	Início	Término
Divulgação da Pesquisa do ObservaCentro em evento acadêmico	01/05/2022	31/05/2022
Divulgação da Pesquisa do ObservaCentro em evento acadêmico	01/01/2022	31/01/2022
Divulgação da Pesquisa do ObservaCentro em evento acadêmico	01/11/2021	30/11/2021

Metas do Projeto

Especificação	Indicador de Medida	Quantidade
Mapear e diagnosticar processo no eixo: "Equipamentos Públicos e Políticas Públicas Urbanas Incidentes"	Relatório	1
Mapear e diagnosticar processo no eixo: "Usos e Presenças Populares".	Relatório	1
Mapear e diagnosticar processo no eixo: "Cultura, Identidades e Memórias Locais"	Relatório	1
Mapear e diagnosticar processo no eixo: "Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda",	Relatório	1
Mapear e diagnosticar processo no eixo: "Direito à Moradia e Readensamento Populacional"	Relatório	1
Realizar oficinas entre atores locais da sociedade civil, pesquisadores e gestores por áreas temáticas sobre o Centro de Niterói	Oficina	2
Criar um espaço virtual (website/ página) de divulgação da produção do Observatório	Site	1
Construir uma plataforma de conhecimento local que funcione como uma rede de apoio, acadêmica, institucional e política sobre a área central de Niterói	Plataforma	1
Criar um Sistema de Informação Geográfica do Centro de Niterói	SIG	1
Diagnóstico sócio-econômico e sócio-territorial do Centro	Diagnóstico	1

Assinatura Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por Ester Limonad, em 2020-10-02 18:03:39 -0300, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2.200-2/2001.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal da Fundação Euclides da Cunha através do link
https://sistemas.somosfec.org.br/pdpa/externo/planos_trabalhos/validar.

CHAVE: 3ab8.b6f1.d271.b2ca.8852.d572.8066.7055